

O Conselho Nacional das Cidades na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros



O Conselho Nacional das Cidades na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da

Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

O Conselho Nacional das Cidades na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

ipea

Brasília, 2012

FICHA TÉCNICA

A pesquisa que deu origem a este relatório foi conduzida pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) e contribui para o projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil.

O objetivo deste relatório é o de sistematizar as opiniões dos conselheiros sobre o processo participativo e decisório e a qualidade dos produtos resultantes da atuação do Conselho Nacional das Cidades.

Coordenação técnica da pesquisa

Joana Luiza Oliveira Alencar – Ipea

Igor Ferraz da Fonseca – Ipea

Redação

Uriella Coelho Ribeiro – Ipea

Equipe técnica

Alexander Cambraia Nascimento Vaz – Ipea

Fábio de Sá e Silva – Ipea

Felix Garcia Lopez – Ipea

Gregório Bueno Benevides Rodrigues Moraes – Secretaria-Geral da Presidência da República

Isadora Cruxên – Ipea

Mateus Galetti de Araújo – Secretaria-Geral da Presidência da República

Raquel Meirelles – Ipea

Roberto Rocha C. Pires – Ipea

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	7
LISTA DE MAPAS.....	8
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE TABELAS.....	8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	8
1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	12
3 O CONCIDADES: CONTEXTUALIZAÇÃO	14
4 DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....	19
5 QUESTÕES ABERTAS.....	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE	50
REFERÊNCIAS	52
ANEXO	53

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Situação no conselho
- Gráfico 2** – Amostra segundo setor de representação
- Gráfico 3** – Conselheiros segundo o sexo
- Gráfico 4** – Conselheiros segundo a cor/raça
- Gráfico 5** – Escolaridade dos conselheiros
- Gráfico 6** – Religião ou culto dos conselheiros
- Gráfico 7** – Faixa etária dos conselheiros
- Gráfico 8** – Conselheiros segundo renda familiar média mensal
- Gráfico 9** – Renda familiar média mensal por setor
- Gráfico 10** – Conselheiros segundo o tempo no conselho
- Gráfico 11** – Representação de outros setores no conselho – anterior à representação atual
- Gráfico 12** – Participação dos conselheiros em outros conselhos
- Gráfico 13** – Número total de conselheiros
- Gráfico 14** – Diversidade dos setores representados
- Gráfico 15** – Número de conselheiros em cada setor
- Gráfico 16** – Avaliação do número de conselheiros em cada setor – por segmento
- Gráfico 17** – Forma de escolha das entidades com assento no conselho
- Gráfico 18** – Forma de escolha dos conselheiros nas entidades
- Gráfico 19** – Interesses prioritários I
- Gráfico 20** – Grau de articulação dos conselheiros com o poder público
- Gráfico 21** – Grau de articulação dos conselheiros com a sociedade civil
- Gráfico 22** – Presença de base de apoio no exercício do mandato do conselheiro
- Gráfico 23** – Frequência de contato com a base de apoio
- Gráfico 24** – Principais formas de contato com a base de apoio
- Gráfico 25** – Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento
- Gráfico 26** – Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para definir posicionamento
- Gráfico 27** – Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho
- Gráfico 28** – Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho
- Gráfico 29** – Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho
- Gráfico 30** – Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho
- Gráfico 31** – Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações
- Gráfico 32** – Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para construir/fortalecer articulações

- Gráfico 33** – Frequência da correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses de seu setor
- Gráfico 34** – Influência na agenda do Congresso Nacional
- Gráfico 35** – Influência da atuação do conselho nas políticas públicas do Ministério das Cidades
- Gráfico 36** – Influência da atuação do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona
- Gráfico 37** – Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil
- Gráfico 38** – Influência do conselho nas iniciativas do setor privado
- Gráfico 39** – Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema
- Gráfico 40** – Compreensão dos assuntos tratados no conselho
- Gráfico 41** – Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões
- Gráfico 42** – Atuação do poder público
- Gráfico 43** – Atuação da sociedade civil
- Gráfico 44** – Secretaria Executiva do conselho
- Gráfico 45** – Meios de divulgação e comunicação
- Gráfico 46** – Regimento interno e resoluções
- Gráfico 47** – Presidência do conselho
- Gráfico 48** – Plenárias
- Gráfico 49** – Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho

LISTA DE MAPAS

- Mapa 1** – Distribuição geográfica dos conselheiros do ConCidades

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Resumo do perfil dos conselheiros do ConCidades

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Amostra de conselhos e comissões
- Tabela 2** – Setores que integram o ConCidades
- Tabela 3** – Entidades que compõem o ConCidades na gestão 2011-2013
- Tabela 4** – Distribuição dos conselheiros por município
- Tabela 5** – Atuação em conselhos fora do ConCidades
- Tabela 6** – Pontos fortes do ConCidades
- Tabela 7** – Sugestões de melhoria na atuação do ConCidades

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- CDDPH** – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
- CNAS** – Conselho Nacional de Assistência Social
- CNCD** – Conselho Nacional de Combate à Discriminação

CNDI – Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária
CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNPI – Comissão Nacional de Política Indigenista
CNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CNPS – Conselho Nacional da Previdência Social
CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CNS – Conselho Nacional de Seringueiros
CNT – Conselho Nacional de Turismo
Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
Conaeti – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente
Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conape – Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
CONASP – Conselho Nacional de Segurança Pública
ConCidades – Conselho Nacional das Cidades
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
Conjuve – Conselho Nacional de Juventude
Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
Diest – Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCidades – Ministério das Cidades
ONG Organização Não Governamental
PNDU – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares
SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

1 INTRODUÇÃO

O Ipea estabeleceu o tema da participação social e do diálogo com a sociedade como central em sua agenda de estudos. Dado o recente fortalecimento das relações entre sociedade civil e Estado, por meio da ampliação e diversificação dos canais de participação – tais como conselhos, comissões, conferências, audiências públicas, ouvidorias –, o instituto considera fundamental conhecer esses espaços democráticos a fim de contribuir na criação de condições para seu aprimoramento.

Os conselhos de políticas públicas são aqui entendidos como espaços públicos vinculados a órgãos do Poder Executivo e têm por finalidade permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas. São constituídos em âmbito nacional, estadual e municipal. Além disso, é importante ressaltar que eles permitem a inserção de novos temas e atores sociais na agenda política.

Hoje existem conselhos nas diversas áreas de políticas públicas e níveis da Federação. O presente relatório compõe a série *Conselhos nacionais: perfil e atuação dos conselheiros* e, integrando o projeto *Institucionalização da Participação Social no Brasil*, conduzido pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea, propõe-se a estudar os conselhos de âmbito nacional. O número desses conselhos aumentou consideravelmente, desde o início da década de 1990 – de 1930 a 1989 foram criados cinco conselhos nacionais, já de 1990 a 2009 foram criados 26 conselhos nacionais (IPEA, 2010), fato diretamente relacionado à difusão da ideia de participação nas políticas públicas pós-Constituição Federal de 1988. Como consequência, a quantidade de cidadãos que passou a participar da construção das políticas por meio desses espaços é significativa, o que requer mudanças na forma de o Estado gerir as políticas públicas, mudanças que pressupõem, necessariamente, o conhecimento acerca de quem participa e de como funcionam esses espaços.

Os objetivos da pesquisa, na tentativa de criar subsídios para a compreensão do funcionamento dessas instituições, são:

- traçar o perfil dos conselheiros dos conselhos nacionais de políticas públicas;
- analisar como avaliam sua própria atuação;
- investigar como avaliam o trabalho do conselho; e
- investigar como percebem a influência do conselho.

Utilizou-se, para alcançar esses objetivos, um questionário padrão (anexo 1), aplicado em 21 conselhos nacionais e três comissões – cujas características similares aos conselhos as incluíram na amostra. O questionário foi elaborado em função dos objetivos mencionados, quais sejam: perfil, atuação, avaliação de estruturas e avaliação de impactos.

O presente relatório contém a sistematização das respostas dos conselheiros do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades). Tais informações constituem um diagnóstico do conselho na visão de seus próprios conselheiros. Os relatórios, que também serão entregues a outros conselhos, têm por finalidade oferecer informações básicas que contribuam para o aperfeiçoamento do processo democrático e decisório no colegiado.

As seções seguintes do relatório são constituídas por:

- Descrição da metodologia da pesquisa e das atividades realizadas.
- Uma contextualização do ConCidades, com breve histórico do conselho, seguido da descrição de suas competências, composição, estrutura e ferramentas de atuação junto às políticas públicas.
- Descrição dos dados coletados por meio do questionário padrão – questões fechadas e abertas.

- Considerações finais e algumas questões para debate identificadas a partir das respostas dos conselheiros com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento e fortalecimento do processo decisório e participativo do conselho.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi dividida em duas fases. A primeira fase consistiu em coletar e sistematizar informações sobre os principais conselhos de âmbito nacional por meio de aplicação de questionário padrão estruturado com 28 questões (anexo 1), divididas em três blocos: bloco I – perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros; bloco II – forma de atuação do conselheiro; e bloco III – funcionamento do conselho.

O objetivo dessa fase, da qual esse relatório é o produto final, foi analisar separadamente cada conselho nacional e apresentar aos conselheiros um relatório descritivo contendo as informações específicas do conselho do qual fazem parte. Cada um dos conselhos em que foi possível a aplicação do questionário em uma quantidade significativa de conselheiros – mais de 50% do número de questionários em relação ao número de titulares no conselho – receberá de volta um relatório como este, contendo a descrição das informações coletadas.

A segunda fase tem por objetivo analisar, de forma agregada e comparada, os 21 conselhos e 3 comissões que compõem a amostra da pesquisa (quadro 1). A ideia é fornecer um diagnóstico inédito e abrangente sobre os conselhos nacionais de políticas públicas. Esse diagnóstico será constituído pela análise do perfil dos conselheiros nacionais, pela identificação de características do funcionamento dessas instituições que podem influenciar na eficiência e eficácia democrática e, por fim, pela avaliação do papel e da influência dos conselhos nacionais nas políticas públicas brasileiras.

Os conselhos e comissões que compõem a amostra foram selecionados de acordo com critérios específicos, já expressos anteriormente pelo Ipea (2010, p. 572), de forma que incluem:

- Conselhos considerados centrais em suas áreas de políticas públicas – excluem-se, assim, os conselhos auxiliares e complementares na execução de políticas, como conselhos curadores e conselhos gestores de fundos.
- Conselhos que tenham necessariamente a presença de sociedade civil em sua composição.
- Conselhos criados por ato normativo de abrangência ampla – decreto presidencial ou lei promulgada pelo Congresso.

Segue adiante a tabela com a amostra inicial da pesquisa.

TABELA 1
Amostra de conselhos e comissões

Número	Sigla	Conselho	Órgão vinculado	Membros titulares	Questionários respondidos
1	CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	13	6
2	CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	18	19
3	CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	30	29
4	CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	28	16
5	CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	44	17
6	CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária	Ministério do Trabalho e Emprego	56	34
7	CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural	Ministério da Cultura	52	25

(Continua)

(Continuação)

Número	Sigla	Conselho	Órgão vinculado	Membros titulares	Questionários respondidos
8	CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	30	19
9	CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista	Ministério da Justiça	35	16
10	CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial	44	34
11	CNPS	Conselho Nacional da Previdência Social	Ministério da Previdência Social	15	15
12	CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	Ministério do Meio Ambiente	57	47
13	CNS	Conselho Nacional de Saúde	Ministério da Saúde	48	62
14	CNT	Conselho Nacional de Turismo	Ministério do Turismo	69	43
15	Conade	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	38	23
16	Conaeti	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil	Ministério do Trabalho e Emprego	31	25
17	Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente	106	79
18	Conanda	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	29	24
19	Conape	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca	Ministério da Pesca e Aquicultura	54	35
20	CONASP	Conselho Nacional de Segurança Pública	Ministério da Justiça	48	36
21	ConCidades	Conselho das Cidades	Ministério das Cidades	86	55
22	CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	Ministério do Desenvolvimento Agrário	38	28
23	Conjuve	Conselho Nacional de Juventude	Secretaria-Geral da Presidência da República	60	40
24	Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Secretaria-Geral da Presidência da República	57	40

Fonte: Banco de dados desta pesquisa.

A partir dos critérios selecionados, 27 conselhos nacionais e três comissões foram incluídos nesta pesquisa. A aplicação dos questionários ocorreu com sucesso em 21 conselhos e três comissões. Não foi possível a aplicação dos questionários nos seguintes conselhos: Conselho Nacional de Educação, Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional do Esporte, Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas e Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Por fim, foram obtidas 707 respostas de conselheiros e 60 de membros de comissão, totalizando 767 questionários respondidos.

No Conselho Nacional das Cidades, o questionário foi aplicado durante a XXVIII Reunião Ordinária, realizada entre 29 e 31 de março de 2011, no Ministério das Cidades (MCidades), localizado em Brasília/DF. No início da reunião, os conselheiros foram informados sobre a aplicação do questionário e os objetivos da pesquisa. Foi adotada uma metodologia híbrida para aplicação dos questionários, compreendendo duas etapas. A primeira, e mais efetiva em termos de volume de retorno, deu-se por meio da entrega dos questionários para cada conselheiro antes do início da reunião. Os questionários foram recolhidos pela equipe do Ipea tanto durante a reunião quanto ao término da plenária. A segunda etapa, de caráter complementar, previa o envio do questionário a ser preenchido virtualmente, a partir do recebimento do arquivo por *e-mail*. A adoção de estratégia híbrida para o preenchimento do questionário (presencial e por *e-mail*) mostrou-se satisfatória, pois contribuiu para elevar o retorno de questionários. No ConCidades 55 conselheiros responderam ao questionário, entre titulares e suplentes.

Após a coleta dos questionários, eles foram tabulados e incluídos em banco de dados com o auxílio do *software* Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), o qual servirá posteriormente para efetuar as análises comparativas entre conselhos. A tabulação dos dados constitui a principal fonte que sustenta as informações e conclusões apresentadas neste relatório descritivo. Além disso, foi feita uma caracterização do conselho utilizando trabalhos que abordaram a temática do ConCidades e a legislação do conselho.

3 O CONCIDADES: CONTEXTUALIZAÇÃO

O ConCidades é um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, integrante da estrutura básica do MCidades. O conselho foi criado em 2004, em convergência com um importante instrumento de gestão democrática da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), ainda em processo de construção. Ele tem por finalidade criar, avaliar e propor diretrizes para a formulação e implementação da PNDU, bem como acompanhar a sua execução.

O ConCidades promove o debate em torno da política urbana de forma continuada, entre os segmentos que o compõem, tais como: setor produtivo; organizações sociais; organizações não governamentais (ONGs); entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; e entidades sindicais e órgãos governamentais. Ele se apresenta, portanto, como espaço de negociação entre diferentes atores sociais, que participam dos processos de tomada de decisão em torno das políticas executadas pelo MCidades, por exemplo, nas áreas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e planejamento territorial.

De forma permanente, o ConCidades acompanha e avalia a execução da política urbana nacional e desde a sua posse – abril de 2004 – já debateu uma nova política de saneamento ambiental, de habitação, de parcelamento da terra, de transporte, trânsito e mobilidade urbana, sempre defendendo os princípios da democratização e descentralização. Sua atuação visa fortalecer municípios e estados, fornecendo informações, auxiliando no planejamento de desenvolvimento institucional e na modernização de suas estruturas administrativas.

3.1 Breve histórico

Nas últimas décadas, a questão urbana e os processos de exclusão social se tornaram centrais no debate político. Vivemos o agravamento das desigualdades nas cidades, a massificação da pobreza, a insegurança generalizada e processos crescentes de exclusão. Nesse cenário, as cidades têm se tornado um espaço onde os direitos têm sido violados, infração expressa na irregularidade fundiária, no déficit habitacional e na habitação inadequada, na precariedade e deficiência do saneamento ambiental, na baixa mobilidade e qualidade do transporte coletivo, e na degradação ambiental (MARICATO; JÚNIOR, 2006).

No Brasil, milhares de pessoas sofrem a exclusão socioterritorial, ao viverem na ilegalidade e sem acesso aos direitos básicos (GRAZIA; SILVA, 2006). Diante da realidade brasileira de exclusão social, das discussões sobre direitos humanos e direito às cidades, o governo federal criou o Ministério das Cidades em janeiro de 2003, com a competência de formular e executar políticas urbanas de forma integrada, visando ao desenvolvimento urbano do país, a partir de articulações e parcerias entre a sociedade e o poder público municipal, estadual e federal. O objetivo do órgão é assegurar, aos milhões de brasileiros, oportunidades de acesso à moradia digna, à terra urbanizada, à água potável, ao ambiente saudável, à mobilidade com segurança e à cidade no seu conjunto (BRASIL, 2004; DUTRA, 2011).

Desde 2003, com o início do governo Lula, está em curso a construção de um novo modelo de gestão pública participativa (MARICATO; JÚNIOR, 2006). Desse modo, o MCidades foi criado como instrumento de promoção de políticas que contribua para a realização de obras e prestação de serviços, a partir da articulação entre a sociedade e o poder público, acompanhando debates que tenham como objetivo transformar as cidades em ambientes saudáveis e produtivos para os cidadãos.

A criação do ministério foi acompanhada pela concepção de instâncias de participação: as conferências e os conselhos. Em 2003, o MCidades realizou a Conferência das Cidades, que, durante suas etapas preparatórias, mobilizou 3.457 dos 5.661 municípios brasileiros, em 26 estados e o Distrito Federal (DUTRA, 2011). Toda esta mobilização culminou com a realização da Conferência Nacional das Cidades, que contou com 2.510 delegados. Em abril de 2004, foi

criado o ConCidades, para acompanhar a formulação e implementação da PNDU, um conselho atuante, que conta com 86 membros efetivos, representantes de toda a sociedade civil urbana.

3.2 Finalidades e competências

O ConCidades é um órgão colegiado, de natureza permanente, de caráter consultivo e deliberativo, que reúne representantes do poder público e da sociedade civil. De acordo com seu regimento interno, o conselho tem por finalidade formular, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano e metropolitano, de forma integrada ao desenvolvimento regional, com participação social e integração das políticas fundiária, de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana.

Entre as competências atribuídas ao ConCidades, segundo seu regimento interno, estão:

- Propor programas, instrumentos, normas e prioridades da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- Acompanhar e avaliar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, em especial os programas relativos à política de planejamento e gestão do solo urbano, de habitação, de saneamento ambiental, de mobilidade e transporte urbano e metropolitano;
- Propor a edição de normas gerais de direito urbanístico e manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação pertinente;
- Emitir orientações e recomendações sobre a aplicação do Estatuto da Cidade e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano, levando em consideração, no que couber, os aspectos regionais e metropolitanos;
- Promover a cooperação e a ação federativa entre os governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e a sociedade civil na formulação e execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- Incentivar a criação, a estruturação e o fortalecimento institucional de conselhos afetos à política de desenvolvimento urbano nos níveis municipais, regionais, estaduais e do Distrito Federal;
- Promover, em parceria com organismos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, a identificação de sistemas de indicadores, no sentido de estabelecer metas e procedimentos com base nesses indicadores, para monitorar a aplicação das atividades relacionadas com o desenvolvimento urbano;
- Estimular ações que visem propiciar a geração, apropriação e utilização de conhecimentos científicos, tecnológicos, gerenciais e organizativos pelas populações das áreas urbanas;
- Promover a realização de estudos sobre a aplicação e os resultados estratégicos alcançados pelos programas e projetos desenvolvidos pelo Ministério das Cidades;
- Estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, por intermédio de rede nacional de órgãos colegiados estaduais, regionais e municipais, visando fortalecer o desenvolvimento urbano e regional;
- Propor diretrizes e critérios para a distribuição regional e setorial do orçamento anual e do plano plurianual do Ministério das Cidades.

3.3 Composição

O Plenário do ConCidades é composto por 86 representantes de órgãos e segmentos, com direito a voz e voto, a saber:

TABELA 2
Setores que integram o ConCidades

Composição do ConCidades	
Número de cadeiras	Setor/entidade/órgão representado
16	Poder Executivo federal
9	Poder Executivo estadual
12	Poder público municipal (Executivo e Legislativo)
23	Entidades dos movimentos populares
8	Entidades empresariais
8	Entidades de trabalhadores
6	Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa
4	ONGs

Fonte: Regimento Interno do Conselho das Cidades, homologado pela Resolução Normativa nº 2, de 8 de junho de 2006, e alterado pela Resolução Normativa nº 7, de 2 de abril de 2008.

Consideram-se membros titulares e respectivos suplentes do ConCidades os órgãos e as entidades indicados pelo regimento interno do conselho e aqueles eleitos durante a Conferência Nacional das Cidades. Assumirão a titularidade os representantes de órgãos e entidades suplentes, quando da ausência de seus titulares. Os representantes de órgãos e entidades suplentes terão direito a voz mesmo na presença dos titulares.

TABELA 3
Entidades que compõem o ConCidades na gestão 2011-2013

Representantes do poder público federal	
Entidade/órgão titular	Entidade/órgão suplente
1 a 4 Ministério das Cidades	Ministério das Cidades
5 Casa Civil da Presidência da República	Casa Civil da Presidência da República
6 Ministério da Cultura	Ministério da Cultura
7 Ministério da Fazenda	Ministério da Fazenda
8 Ministério da Saúde	Ministério da Saúde
9 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
10 Ministério do Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente
11 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
12 Ministérios do Trabalho e Emprego	Ministério do Trabalho e Emprego
13 Ministério do Turismo	Ministério do Turismo
14 Ministério da Ciência e Tecnologia	Ministério da Ciência e Tecnologia
15 Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República	Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
16 Caixa Econômica Federal	Caixa Econômica Federal
17 Ministério da Integração Nacional	Ministério da Integração Nacional
Representantes do poder público estadual	
18 Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano	União Nacional das Associações Legislativas Estaduais
19 Governo do Estado de Santa Catarina	Governo do Estado do Paraná
20 Governo do Estado de Goiás	Governo do Estado de Mato Grosso
21 Governo do Estado do Rio de Janeiro	Governo do Estado do Espírito Santo
22 Governo do Estado do Piauí	Governo do Estado de Alagoas
23 Governo do Estado do Maranhão	Governo do Estado da Paraíba
24 Governo do Estado da Bahia	Governo do Estado de Sergipe
25 Governo do Estado do Tocantins	Governo do Estado de Rondônia
26 Governo do Estado do Acre	Governo do Estado do Amazonas

(Continua)

(Continuação)

Representantes do poder público municipal	
27 Confederação Nacional de Municípios	Confederação Nacional de Municípios
28 Confederação Nacional de Municípios	Confederação Nacional de Municípios
29 Frente Nacional de Prefeitos	Frente Nacional de Prefeitos
30 Frente Nacional de Prefeitos	Frente Nacional de Prefeitos
31 Associação Brasileira de Municípios	Associação Brasileira de Municípios
32 Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento
33 Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e Trânsito	Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e Trânsito
34 Associação Brasileira de COAHBs	Associação Brasileira de COAHBs
35 Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana	Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana
36 Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana	Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana
37 Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana	Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana
38 Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana	Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana
Representantes do movimento popular	
39 Confederação Nacional de Associações de Moradores	Confederação Nacional de Associações de Moradores
40 Confederação Nacional de Associações de Moradores	Confederação Nacional de Associações de Moradores
41 Confederação Nacional de Associações de Moradores	Confederação Nacional de Associações de Moradores
42 Confederação Nacional de Associações de Moradores	Confederação Nacional de Associações de Moradores
43 Confederação Nacional de Associações de Moradores	Confederação Nacional de Associações de Moradores
44 Confederação Nacional de Associações de Moradores	Confederação Nacional de Associações de Moradores
45 Confederação Nacional de Associações de Moradores	Confederação Nacional de Associações de Moradores
46 União Nacional por Moradia Popular (sete vagas)	União Nacional por Moradia Popular
53 Movimento Nacional de Luta pela Moradia (cinco vagas)	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
58 Central de Movimentos Populares (cinco vagas)	Central de Movimentos Populares
Representantes do segmento dos trabalhadores	
62 Central Única dos Trabalhadores	Força Sindical
63 Confederação Nacional dos Trabalhadores em transporte	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte
64 Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas	Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas
65 Federação Nacional de Associações de Pessoal da Caixa	Central Única dos Trabalhadores
66 Federação Nacional dos Engenheiros	Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira
67 Federação Nacional dos Urbanitários.	Federação Nacional dos Urbanitários
68 Federação Nacional dos Metroviários	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte
69 Federação Intersindical de Engenheiros	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)
Representantes do segmento dos empresários	
70 Câmara Brasileira da Indústria da Construção	Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto
71 Confederação Nacional do Comércio	Federação Nacional dos Secovis
72 Associação Brasileira de Cimento Portland	Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais e Equipamentos para Saneamento
73 Confederação Nacional da Indústria	Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção
74 Câmara Brasileira da Indústria da Construção	Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa
75 Confederação Nacional das Instituições Financeiras	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
76 Confederação Nacional do Transporte	Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano
77 Organização das Cooperativas Brasileiras	Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

(Continua)

(Continuação)

Representantes das entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa	
78 Instituto de Arquitetos do Brasil	Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa Econômica Federal
79 Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo	Associação Brasileira de Educação em Engenharia
80 Associação dos Geógrafos Brasileiros	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô
81 Associação Nacional de Transportes Públicos	Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícia de Engenharia
82 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental	Associação Nacional Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
83 Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia	Cooselho Federal de Corretores de Imóveis
Representantes das organizações não governamentais	
84 Cearah Periferia/CE	CENDHEC/PE
85 Cáritas Brasileira/AM	Habitat para a Humanidade/PE
86 Fase/RJ	Associação de Pessoas com Deficiência de Limoeiro do Norte/CE
87 Instituto Pólis/SP	Fundação Bento Rubião

Fonte: <http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=100&Itemid=130>.

Ainda integram o Plenário do ConCidades, com direito a voz e sem direito a voto, nove representantes dos governos estaduais e do Distrito Federal, indicados pelos respectivos representantes legais, na condição de observadores, condicionando o direito de participar à existência de Conselho Estadual das Cidades ou outro órgão colegiado com atribuições compatíveis no âmbito da respectiva unidade da Federação.

De acordo com o Regimento do ConCidades, o mandato do órgão ou da entidade será de três anos, ficando a critério destes a indicação, a substituição ou a manutenção dos seus respectivos representantes. Na ausência do representante previsto no regimento, ele próprio não poderá indicar substituto da entidade ou do órgão que representa.

3.4 Organização

De acordo com o regimento interno do conselho, homologado pela Resolução Normativa nº 2, de 8 de junho de 2006, e alterado pela Resolução Normativa nº 7, de 2 de abril de 2008, o ConCidades é organizado em torno da Presidência, do Plenário, da Secretaria Executiva e dos comitês técnicos.

O ministro das Cidades presidirá o ConCidades e será substituído, em suas ausências e impedimentos, pelo secretário executivo do respectivo ministério. A esse cargo compete convocar e ordenar as reuniões do Plenário e encaminhar à Presidência da República e aos demais órgãos do governo federal as decisões tomadas no conselho. O Plenário, por sua vez, é o órgão superior de decisão do ConCidades, instância deliberativa e decisória, composta pelos membros mencionados, titulares ou suplentes. Durante as reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias, todos os membros têm direito à voz e apenas os titulares, ou seus substitutos diretos, têm direito a um voto no conselho.

A Secretaria Executiva do ConCidades está ligada diretamente à Presidência do conselho e tem por finalidade a promoção do apoio necessário técnico-administrativo ao conselho e aos comitês técnicos. É composta por um coordenador, um representante de cada secretaria do MCidades e uma equipe técnica.

Os comitês técnicos têm caráter permanente e a finalidade de subsidiar o debate do Plenário. Aos comitês compete: preparar as discussões temáticas para apreciação e deliberação do conselho; promover articulação com os órgãos e as entidades promotoras de estudos, propostas e tecnologias relacionadas à PNDU; e apresentar relatório conclusivo ao Plenário do ConCidades, sobre matéria submetida a estudo, no prazo fixado por este, acompanhado de todos os documentos que se fizerem necessários ao cumprimento de suas finalidades. O conselho possui quatro comitês técnicos, compostos pelos diversos segmentos indicados pelo

seu regimento interno. São eles: Habitação; Saneamento Ambiental; Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana; Planejamento e Gestão do Solo Urbano, dos quais fazem parte os titulares, suplentes, observadores e indicados.

As deliberações do ConCidades serão tomadas por maioria simples dos presentes com direito a voto. O quórum mínimo para instalação dos trabalhos será de um terço dos representantes com direito a voto que compõem o Plenário. O quórum mínimo para as deliberações será de metade mais um dos representantes com direito a voto que compõem o Plenário. O ministro das Cidades exercerá o voto de desempate. As deliberações, os pareceres e as recomendações do ConCidades serão formalizadas mediante resoluções homologadas pelo seu presidente.

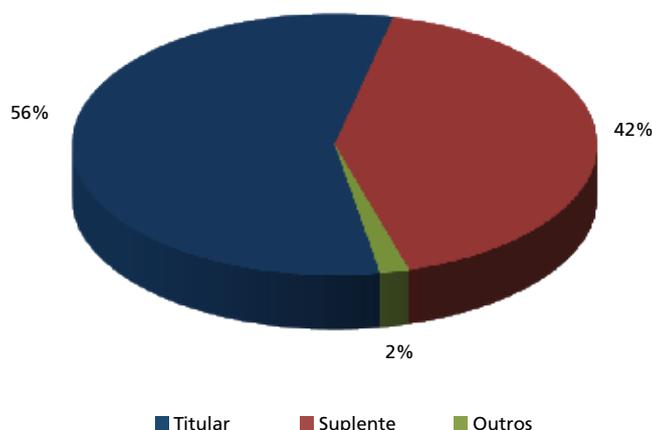
4 DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Descrevem-se aqui as informações obtidas por meio da sistematização dos dados coletados com a utilização do questionário (anexo 1) no Conselho das Cidades. A descrição é dividida em três blocos que expressam o perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros; a percepção deles a respeito da forma de atuação dos conselheiros e sobre o funcionamento do conselho. As informações são apresentadas na forma de gráficos seguidos de parágrafos explicativos.

4.1 Delimitação da amostra

Inicialmente verificamos a distribuição do preenchimento do questionário por situação no conselho (se titular ou suplente): o gráfico 1 expressa a quantidade de conselheiros titulares e suplentes que responderam ao questionário.

GRÁFICO 1
Situação no conselho

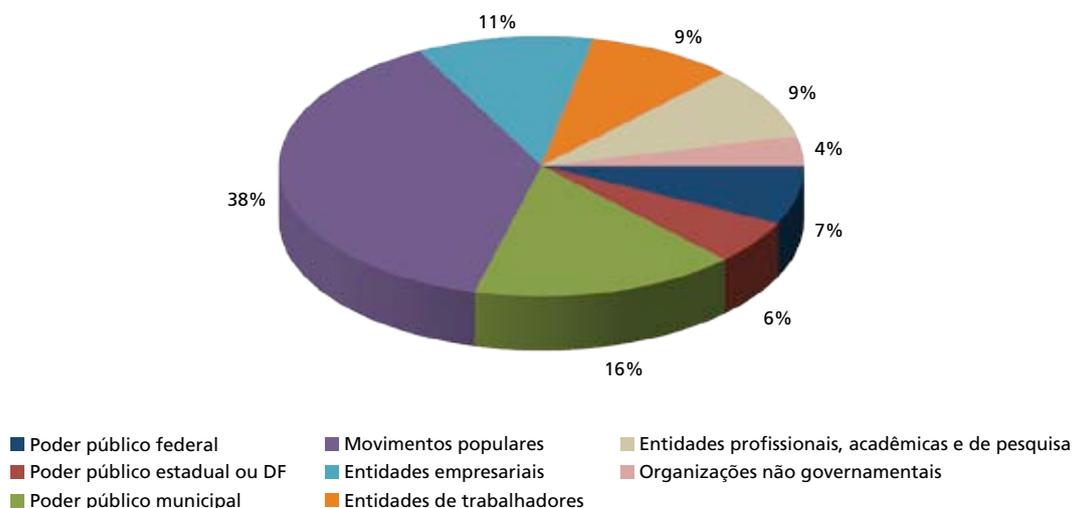


Fonte: Dados desta pesquisa.

Conforme se pode observar, 56% dos conselheiros que responderam aos questionários são conselheiros titulares do ConCidades, enquanto 42% são suplentes. 2% declararam não ser nem um nem outro, embora integrem entidades que são membros do conselho.

O gráfico 2 nos oferece a distribuição percentual dos conselheiros segundo o setor de representação.

GRÁFICO 2
Amostra segundo setor de representação



Fonte: Dados desta pesquisa.

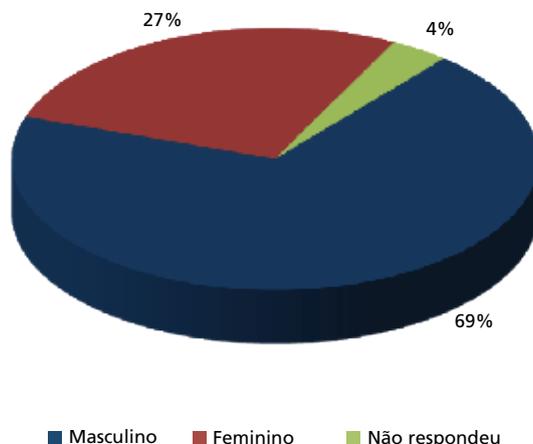
Como é possível perceber, entre os conselheiros que compõem a amostra, 71% pertencem à sociedade civil (movimentos populares, entidades empresariais, entidades de trabalhadores, entidades profissionais acadêmicas e de pesquisa e ONGs) e 29% pertencem a instituições do poder público municipal, estadual e federal. Nossa pesquisa, portanto, teve uma sobrerrepresentação de respondentes da sociedade civil, uma vez que a composição do ConCidades atribui 57% das vagas para membros da sociedade civil e 43% para representantes do poder público.

4.2 Bloco I: perfil dos conselheiros

Esse bloco apresenta o perfil dos conselheiros que participaram da pesquisa. Os dados mostram a caracterização dos conselheiros no que se refere a sexo, cor, escolaridade, religião, faixa etária, renda, município de residência, tempo que atua como conselheiro e informações sobre possível atuação em outros conselhos.

4.2.1 Distribuição dos conselheiros por sexo

GRÁFICO 3
Conselheiros segundo o sexo

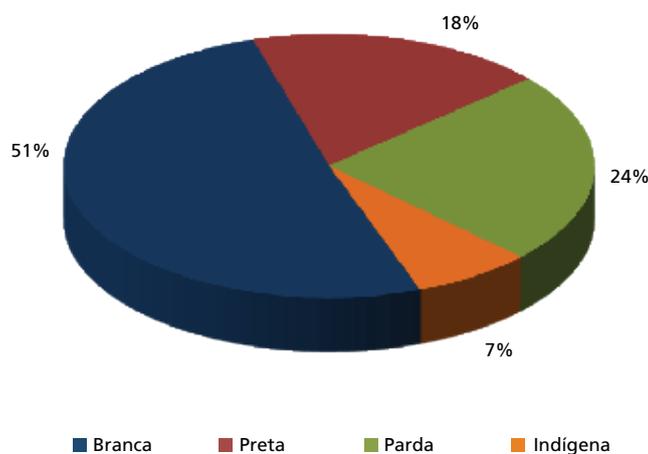


Fonte: Dados desta pesquisa.

Entre os conselheiros do ConCidades participantes da pesquisa, existe uma predominância (69%) de participantes do sexo masculino. As mulheres, por sua vez, representam 27% dos respondentes e 4% dos conselheiros que participaram da pesquisa não responderam esse campo de resposta. Apesar da predominância masculina, é preciso reconhecer que esse conselho oferece mais oportunidades para a participação feminina do que o Parlamento brasileiro, por exemplo, em que a representação feminina corresponde a menos de 10% das cadeiras – 43 parlamentares do sexo feminino e 470 do sexo masculino (BRASIL, 2011). Na segunda fase dessa pesquisa, quando formos trabalhar com os dados agregados dos conselhos nacionais, será possível ter uma ideia de como se dá a distribuição de vagas por sexo nos conselhos de forma geral.

4.2.2 Conselheiros segundo cor/raça

GRÁFICO 4
Conselheiros segundo a cor/raça



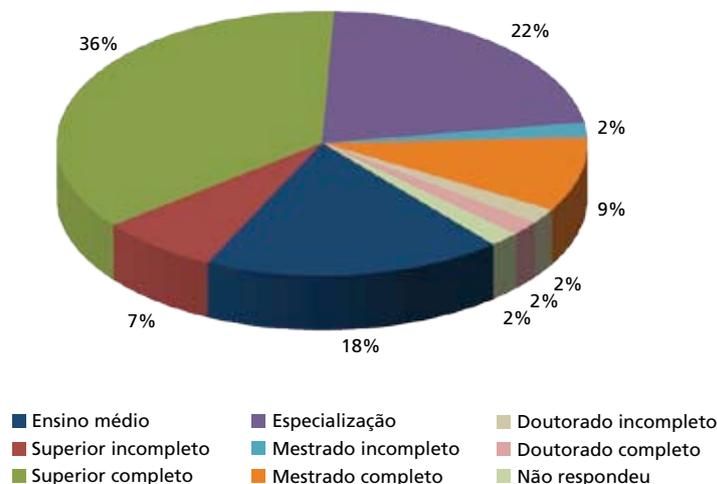
Fonte: Dados desta pesquisa.

Tal qual demonstra o gráfico 4, o ConCidades é composto predominantemente por conselheiros que se declaram de cor branca (51%). Dos demais, 24% se consideram pardos, 18% pretos e 7% indígenas.

As opções de cor disponíveis nessa questão foram baseadas na tipologia adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2010 e incluíam branca, preta, parda, amarela e indígena. Apesar de essas cinco categorias utilizadas pelo IBGE serem, por vezes, alvo de críticas, o instituto considera que elas ajudam a construir um papel legitimador das representações sobre os diversos grupos étnico-raciais que convivem no Brasil (IBGE, 2008, p. 12). Além disso, “os termos propostos (...) foram pensados como totalmente descritivos, sem nenhuma idéia de que eles servissem como forma de identificação dos grupos” (SCHWARTZMAN, 1998).

4.2.3 Escolaridade dos conselheiros

GRÁFICO 5
Escolaridade dos conselheiros



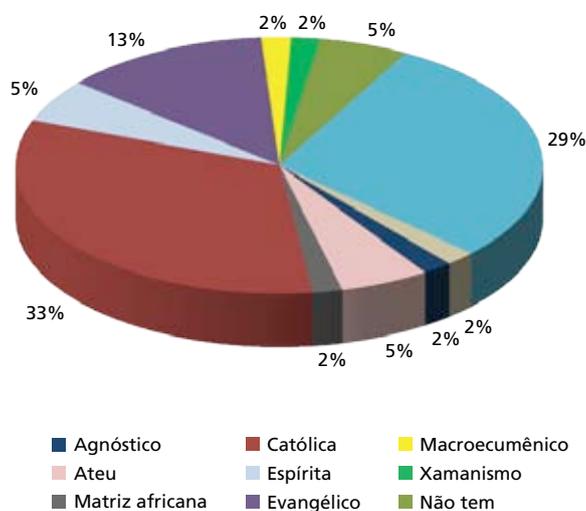
Fonte: Dados desta pesquisa.

A média de escolaridade do brasileiro com 25 anos de idade ou mais, medida pelo IBGE em 2009, é de 7,1 anos de estudo, o que significa uma escolaridade que não alcança a conclusão do ensino fundamental (IBGE, 2010a, p. 50). O gráfico 5 revela a distribuição dos conselheiros do ConCidades quanto à escolaridade. Todos os conselheiros que responderam aos questionários possuem pelo menos o ensino médio completo, o que revela uma média de escolaridade superior à média nacional. Além disso, 73% dos conselheiros têm ensino superior completo, sendo que 37% destes possuem algum tipo de especialização ou pós-graduação.

4.2.4 Religião dos conselheiros

Podemos observar, de acordo com o gráfico 6, qual é a religião ou o culto dos conselheiros do ConCidades. Utilizaram-se a terminologia e o tipo de pergunta adotada no censo do IBGE: *Qual sua religião ou culto?*. Dessa forma, evitou-se o uso de uma grande lista de respostas possíveis, o que poderia deixar de incluir algum grupo religioso. A partir das respostas abertas a essa pergunta, foram delimitadas as categorias dispostas no gráfico a seguir.

GRÁFICO 6
Religião ou culto dos conselheiros



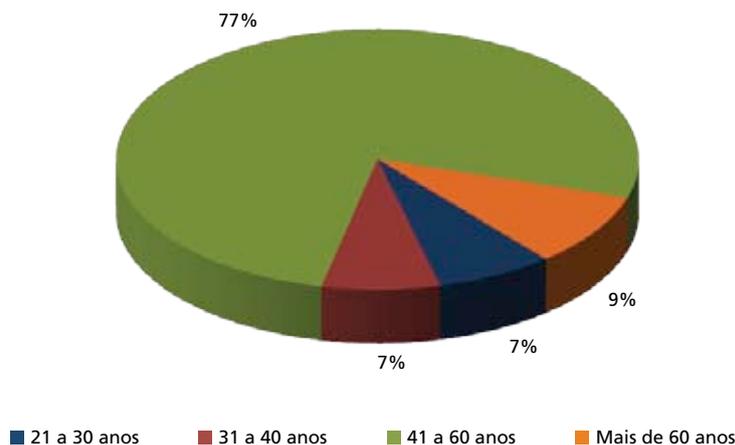
Fonte: Dados desta pesquisa.

Por motivos desconhecidos pela pesquisa, grande parte dos participantes optou por não declarar sua religião ou culto (29%). Entre aqueles que responderam, é possível observar a diversidade de cultos e crenças que perpassam a população brasileira como um todo, refletindo a riqueza cultural do país, apesar de o maior grupo identificado se declarar de religião católica (33%).

4.2.5 Faixa etária dos conselheiros

GRÁFICO 7

Faixa etária dos conselheiros



Fonte: Dados desta pesquisa.

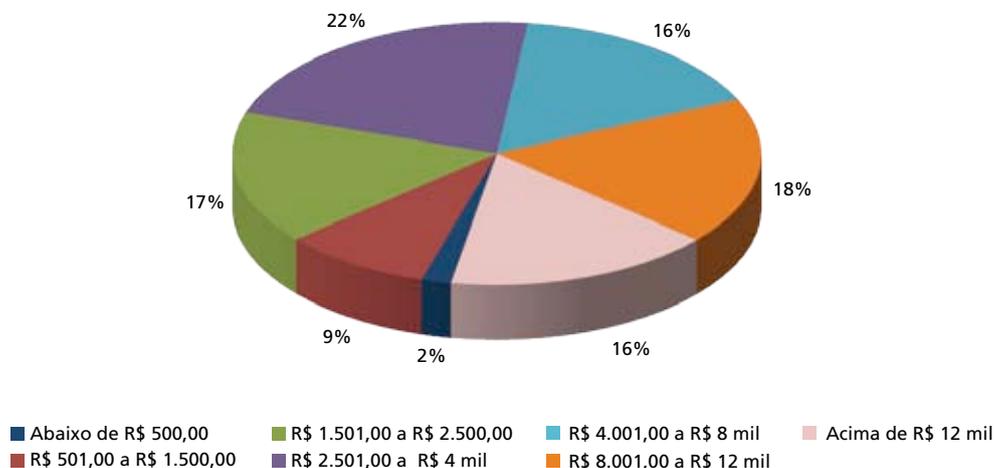
Em relação à faixa etária, observa-se no gráfico 7 que existe no ConCidades uma predominância de conselheiros na faixa etária de 41 a 60 anos (77%). Dos demais, 9% declararam possuir mais de 60 anos, enquanto 7% disseram ter entre 31 e 40 anos e 7% entre 21 e 30 anos.

4.2.6 Renda familiar média mensal dos conselheiros

A renda mensal familiar foi mensurada por meio de faixas de renda. De acordo com o gráfico 8, 28% dos conselheiros declararam ter renda mensal média de até R\$ 2.500,00. Os demais (72%) possuem renda familiar acima da média nacional (IBGE, 2010b). Desses, 22% possuem renda entre R\$ 2.501,00 e R\$ 4 mil, e 16% entre R\$ 4.001,00 e R\$ 8 mil. 18% dos conselheiros declararam ter renda mensal maior que R\$ 8 mil e menor que R\$ 12 mil e 16% afirmaram ter renda acima de R\$ 12 mil.

GRÁFICO 8

Conselheiros segundo renda familiar média mensal



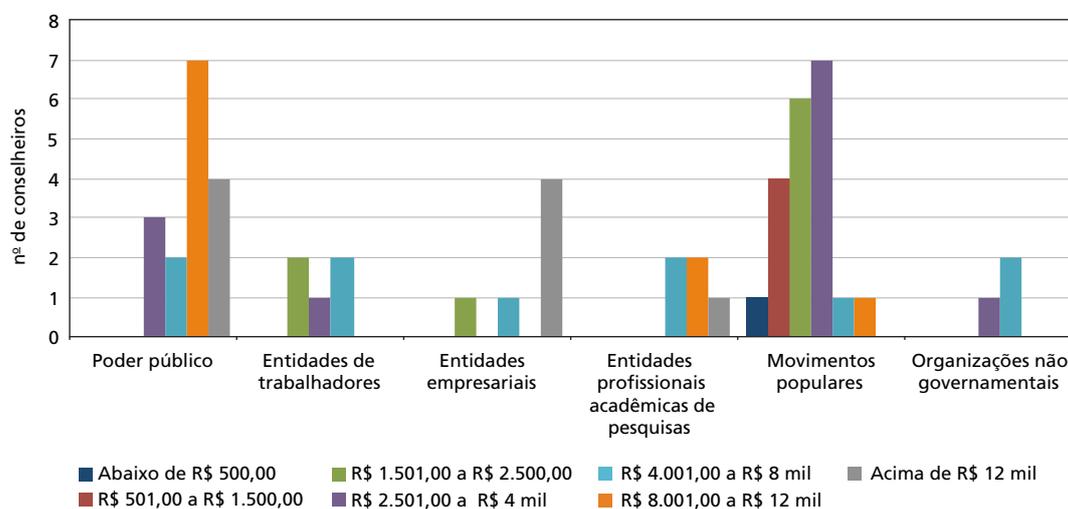
Fonte: Dados desta pesquisa.

Renda familiar mensal por segmento

Analisando a renda média mensal por setor de representação (gráfico 9), é possível perceber que as rendas mais altas – acima da média da família brasileira medida pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) – são encontradas, sobretudo, entre os representantes do poder público. Nenhum conselheiro representante desse setor ganha menos de R\$ 2.500,00, sendo que cerca de 44% ganham entre R\$ 8.001,00 e R\$ 12 mil, e quase 55% ganham acima de R\$ 12 mil.

O setor das entidades de trabalhadores tem renda entre R\$ 2.501,00 e R\$ 8 mil. A maior parte dos conselheiros representantes das entidades empresariais possui renda mensal superior a R\$ 12 mil, a faixa de renda mais alta. Os conselheiros do setor de entidades profissionais acadêmicas e de pesquisa possuem renda familiar desde R\$ 4.001,00 até mais de R\$ 12 mil. Nenhum conselheiro representante de movimentos populares e de ONGs possui renda familiar na faixa mais alta de renda – acima de R\$ 12 mil. Os conselheiros dos movimentos populares possuem os menores níveis de renda. A maior parte dos conselheiros representantes desse setor possui renda de até R\$ 4 mil.

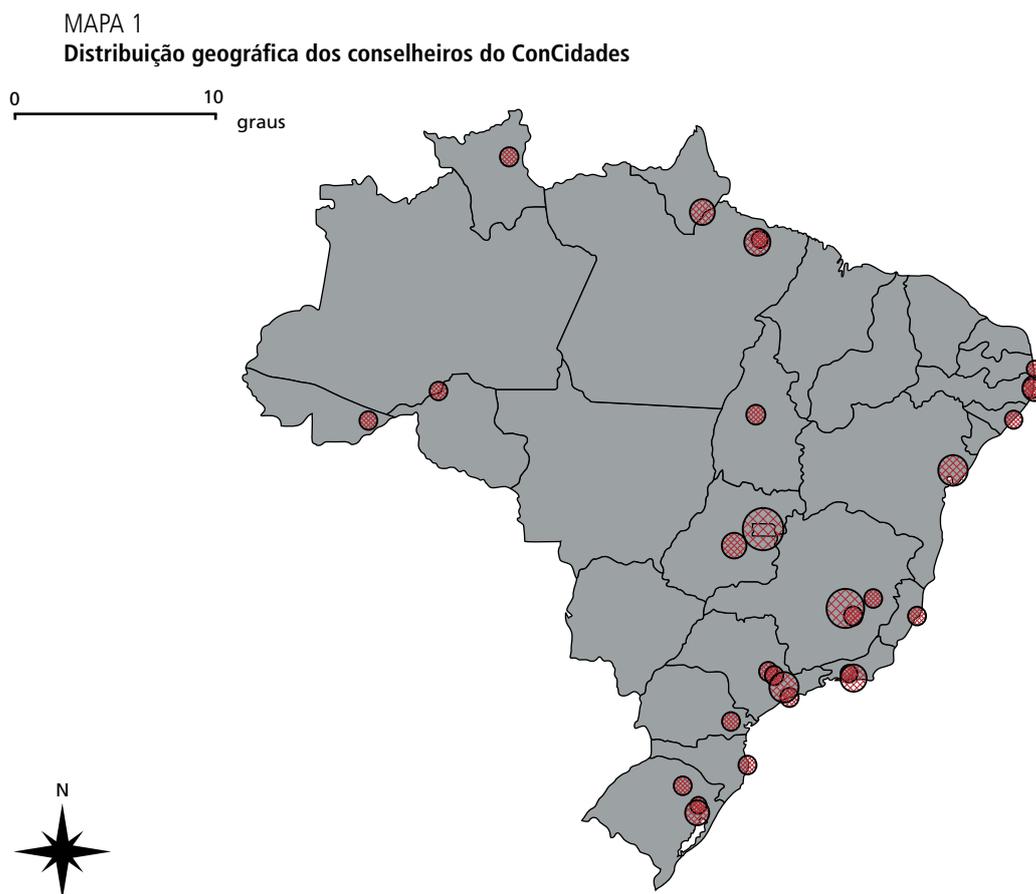
GRÁFICO 9
Renda familiar média mensal por setor



Fonte: Dados desta pesquisa.

4.2.7 Município/UF de residência dos conselheiros

De modo a obter melhor representação espacial da distribuição dos conselheiros no país, foi feito um mapa demonstrativo. Nesse mapa, os círculos indicam os municípios de residência e seu tamanho reflete a proporção de conselheiros que indicaram residir naquele local. O detalhamento dos nomes dos municípios e a frequência de resposta para cada um pode ser encontrado na tabela 4.



Fonte: Dados desta pesquisa.

Pode-se observar que no ConCidades existem conselheiros de todas as regiões do país: Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. A maior concentração de conselheiros está na região Sudeste, seguida da região Nordeste, Centro-Oeste – com destaque para Brasília – e Norte. A região Sul apresenta o menor número de conselheiros, entre os que responderam ao questionário.

TABELA 4
Distribuição dos conselheiros por município

Município/UF de residência	Frequência
Americana/SP	1
Ananindeua/PA	1
Belém/PA	2
Belo Horizonte/MG	5
Boa Vista/RR	1
Brasília/DF	6
Camaragibe/PE	1
Campinas/SP	1
Curitiba/PR	1
Duque de Caxias/RJ	1
Goiânia/GO	2
Ipatinga/MG	1
Jaboatão dos Guararapes/PE	1
João Pessoa/PB	1

(Continua)

(Continuação)

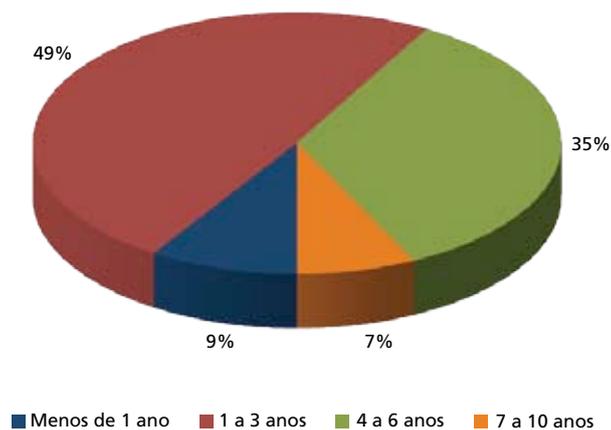
Município/UF de residência	Frequência
Macapá/AP	2
Maceió/AL	1
Olinda/PE	1
Ouro Preto/MG	1
Palmas/TO	1
Porto Alegre/RS	2
Porto Velho/RO	1
Recife/PE	2
Rio Branco/AC	1
Rio de Janeiro/RJ	2
Salvador/BA	3
Santos/SP	1
São José/SC	1
São Leopoldo/RS	1
São Paulo/SP	3
Serafina Corrêa/RS	1
Vitória/ES	1
Não respondeu	5
Total	55

Fonte: Dados desta pesquisa.

4.2.8 Conselheiros segundo o tempo no conselho

Observa-se, no gráfico 10, que 9% dos conselheiros estão no ConCidades a menos de um ano, 49% estão no conselho entre um e três anos, 35% entre quatro e seis anos e 7% são conselheiros entre sete e dez anos.

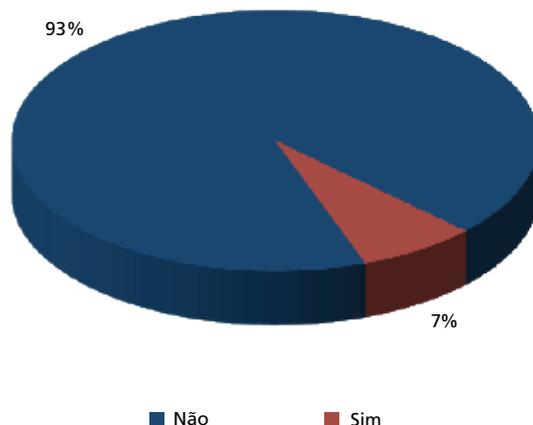
GRÁFICO 10
Conselheiros segundo o tempo no conselho



Fonte: Dados desta pesquisa.

4.2.9 Representação de outros setores no conselho

GRÁFICO 11

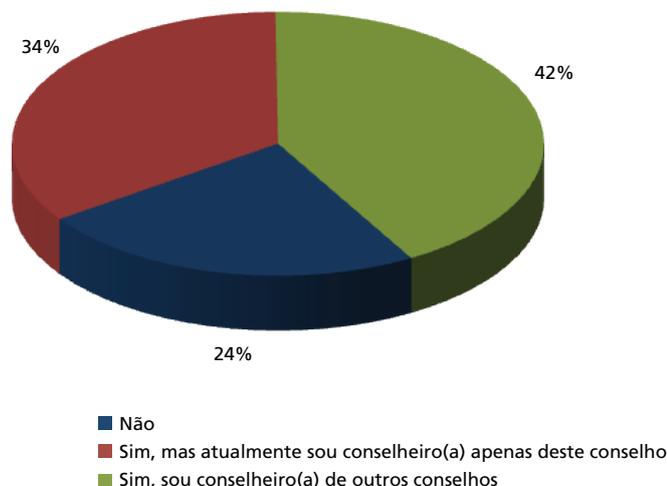
Representação de outros setores no conselho – anterior à representação atual

Fonte: Dados desta pesquisa.

O gráfico 11 mostra que apenas 7% dos conselheiros afirmaram haver representado outros setores no conselho, antes da representação atual.

4.2.10 Atuação em outros conselhos

GRÁFICO 12

Participação dos conselheiros em outros conselhos

Fonte: Dados desta pesquisa.

O gráfico 12 representa as respostas à indagação sobre se o conselheiro participa atualmente ou se já participou de outros conselhos além do ConCidades.

Vinte e quatro por cento dos conselheiros disseram não participar ou não terem participado de outros conselhos, ao passo que 76% dos conselheiros já foi (35%) ou ainda é (42%) conselheiro de outros conselhos. Conforme é possível observar na tabela 5, mais de 70% também especificaram a qual nível da Federação pertencia o outro conselho.

TABELA 5
Atuação em conselhos fora do ConCidades

Tipo de conselho	
Apenas nacional	3
Apenas estadual	15
Apenas municipal	9
Nacional e estadual	1
Nacional e municipal	1
Estadual e municipal	8
Nacional, estadual e municipal	1
Total	38

É possível observar que nove conselheiros possuem apenas experiência com conselhos municipais e 15 participam ou participaram somente de conselhos estaduais. Oito apontam ter ou ter tido experiência com conselho municipal e conselho estadual, um atua ou já atuou em conselho estadual e nacional, um atua ou atuou em conselhos nacionais e municipais e um respondeu participar ou já ter participado dos três tipos de conselhos.

QUADRO 1
Resumo do perfil dos conselheiros do ConCidades

Gênero	27% do sexo feminino, 69% do sexo masculino e 4% não responderam
Cor/raça	18% dos conselheiros se declaram de cor preta, 51% branca, 24% parda e 7% indígena
Escolaridade	18% ensino médio, 7% superior incompleto, 36% superior completo, 37% especialização ou pós-graduação e 2% não responderam
Religião ou culto	33% católica, 29% não declararam, 38% divididos em ateísmo, não possui, xamanismo, espiritismo, judaísmo, macroecumênica e protestantes
Faixa etária	77% entre 41 e 60 anos, 9% com mais de 60 anos, 7% entre 31 e 40 anos e 7% entre 21 e 30 anos
Renda mensal média familiar	50% com renda acima de R\$ 4 mil, 22% entre R\$ 2.501,00 e R\$ 4 mil, 26% entre R\$ 500,00 e R\$ 2.500,00 e 2% abaixo de R\$ 500,00
Tempo no conselho	9% menos de 1 ano, 49% entre 1 e 3 anos, 35% de 4 a 6 anos e 7% mais de 7 anos
Representação anterior de outros setores no ConCidades	93% dos conselheiros nunca representaram outros setores no ConCidades, apenas 7% já o fizeram
Participação em outros conselhos	76% dos conselheiros atuam ou já atuaram em outro conselho, enquanto 24% responderam que não participam ou participaram de outros conselhos

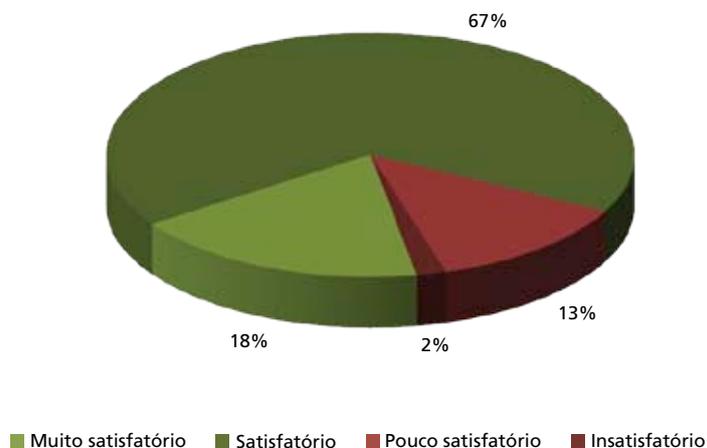
4.3 Bloco II: atuação dos conselheiros

Este bloco busca captar a percepção dos conselheiros acerca da composição do conselho, da própria atuação como conselheiro, interesses que eles entendem defender, articulação entre setores do conselho, interação e formas de comunicação com a base de apoio.¹ Os gráficos desta seção representam o grau de satisfação do conselheiro em relação aos aspectos citados. Cada respondente avalia em uma escala que inclui cinco opções de avaliação: muito satisfatória, satisfatória, pouco satisfatória, insatisfatória e não sabe/não se aplica.

1. Considerou-se como "base de apoio" o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) conselheiro(a).

4.3.1 Avaliação do número total de conselheiros

GRÁFICO 13
Número total de conselheiros

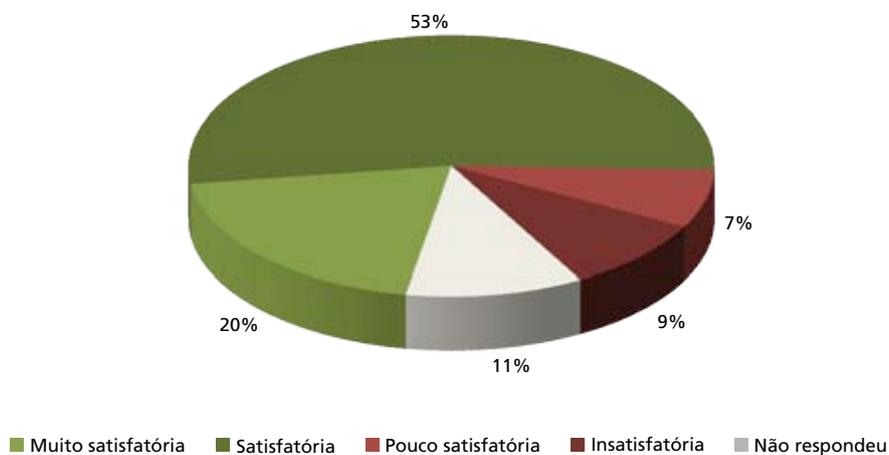


Fonte: Dados desta pesquisa.

Dos conselheiros do ConCidades que responderam ao questionário, a maioria (85%) considera o número total de conselheiros que compõe o conselho como satisfatório ou muito satisfatório. 13% dos respondentes consideraram o número de conselheiros pouco satisfatório e 2% avaliam o número como insatisfatório.

4.3.2 Avaliação da diversidade de setores representados

GRÁFICO 14
Diversidade dos setores representados



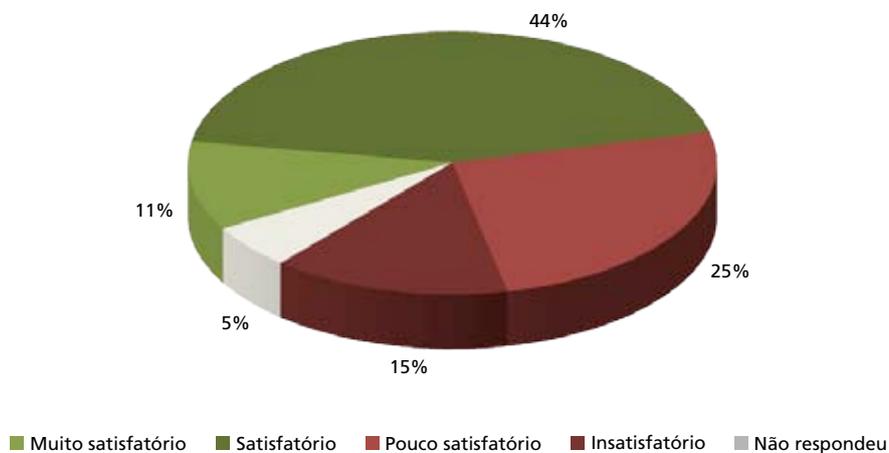
Fonte: Dados desta pesquisa.

Como é possível observar pelo gráfico 14, 73% dos conselheiros consideram a diversidade de setores satisfatória ou muito satisfatória. Em contrapartida, 16% dos conselheiros consideram a diversidade interna insatisfatória ou pouco satisfatória. E, por motivos desconhecidos, 11% não responderam.

4.3.3 Avaliação do número de conselheiros em cada setor

GRÁFICO 15

Número de conselheiros em cada setor



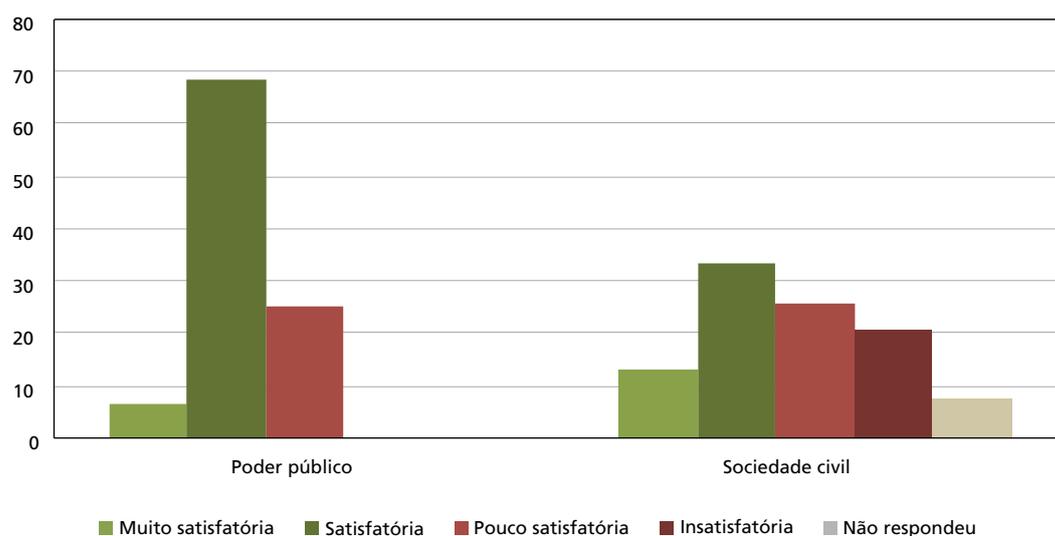
Fonte: Dados desta pesquisa.

De acordo com o gráfico 15, 55% dos conselheiros consideram satisfatório ou muito satisfatório o número de conselheiros por setor, 40% o avaliam como pouco satisfatório ou insatisfatório. 5% não responderam.

O gráfico 16 permite uma análise mais aprofundada dessa questão, ao mostrar as respostas por segmento. Como é possível perceber, os membros representantes do poder público municipal, estadual e federal avaliam de forma mais positiva o número de conselheiros por setor da composição do ConCidades. Diferente dos representantes da sociedade civil (movimentos populares, entidades empresariais, entidades de trabalhadores, entidades profissionais acadêmicas e de pesquisa e organizações não governamentais), nenhum representante do poder público considerou insatisfatória a divisão da composição.

GRÁFICO 16

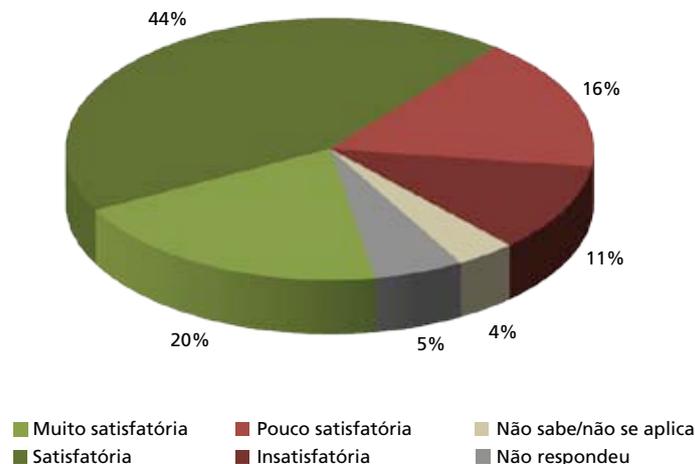
Avaliação do número de conselheiros em cada setor – por segmento



Fonte: Dados desta pesquisa.

4.3.4 Avaliação da forma de escolha das entidades com assento no conselho

GRÁFICO 17

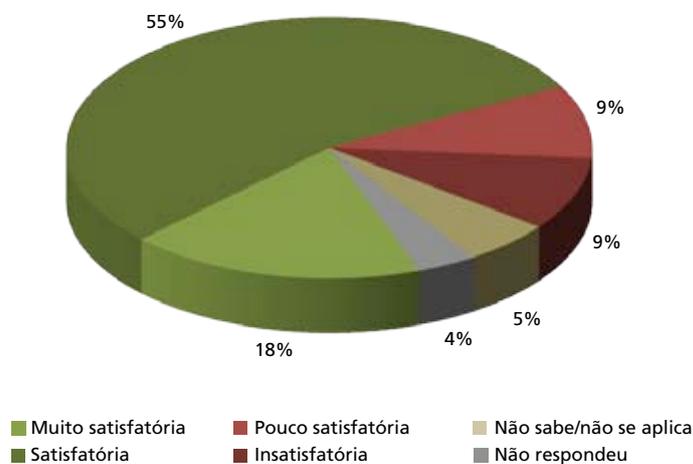
Forma de escolha das entidades com assento no conselho

Fonte: Dados desta pesquisa.

Em relação a esse aspecto, metade dos conselheiros (64%) avalia a forma de escolha das entidades no conselho como satisfatória ou muito satisfatória, ao passo que 27% se dizem insatisfeitos ou pouco satisfeitos com esse aspecto.

4.3.5 Avaliação da forma de escolha dos conselheiros nas entidades

GRÁFICO 18

Forma de escolha dos conselheiros nas entidades

Fonte: Dados desta pesquisa.

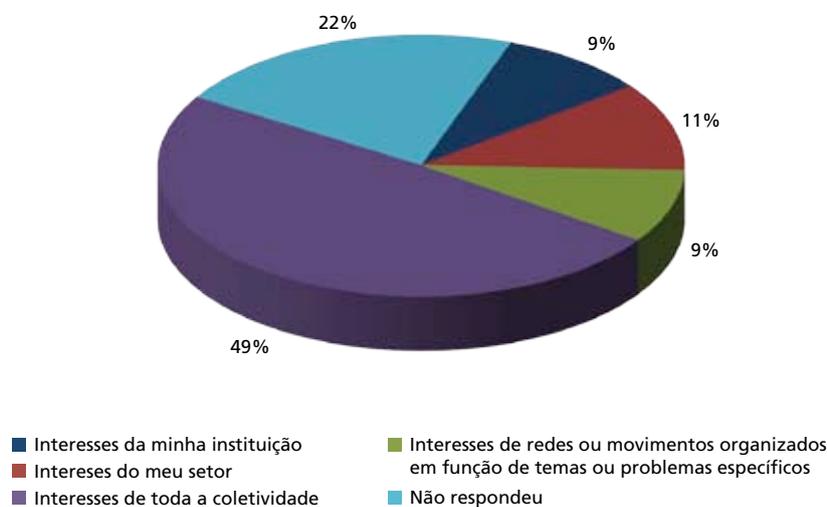
Setenta e três por cento do total de conselheiros avaliam como muito satisfatória ou satisfatória a forma de escolha dos conselheiros nas entidades. 18% a consideram pouco satisfatória ou insatisfatória, ao passo que 9% dos conselheiros marcaram a opção não sabe/não se aplica ou não responderam.

4.3.6 Interesses prioritários

A questão sobre interesses prioritários pedia que o conselheiro marcasse, em resposta à questão *Na sua atuação no conselho, que interesses você defende prioritariamente?*, uma das seguintes opções: nenhum interesse específico, siga apenas as minhas convicções pessoais; interesses da minha instituição; interesses do meu setor; interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos; interesses de toda a coletividade. Deveria ser marcada uma opção para o primeiro, outra para o segundo e outra para o terceiro interesse prioritariamente defendido pelo conselheiro.

Consideraram-se, para fins de sistematização, apenas as respostas com uma marcação por prioridade. Foram desconsiderados os casos que tiveram mais de uma resposta para cada prioridade, o que aumentou significativamente o número de não respostas para a segunda e terceira opções. Dessa maneira, optou-se por expor aqui apenas os resultados que refletem os interesses que os conselheiros disseram representar como primeira opção (gráfico 19).

GRÁFICO 19
Interesses prioritários I



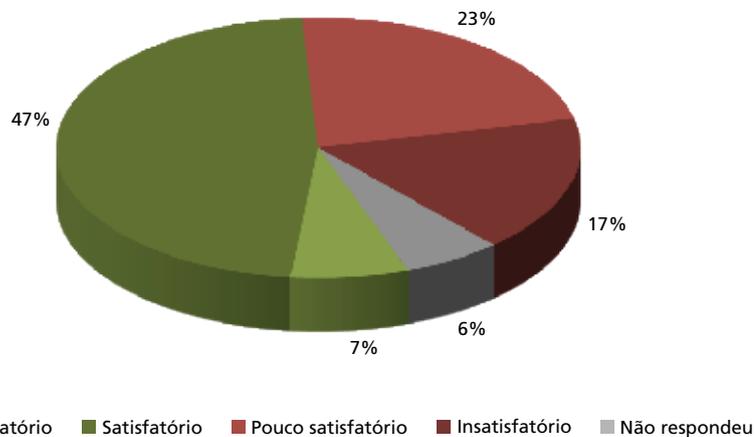
Fonte: Dados desta pesquisa.

Conforme é possível verificar no gráfico 19, os interesses considerados como prioridade I pelos conselheiros são os interesses de toda a coletividade (49%), em seguida estão os *interesses do meu setor* (11%), os *interesses da minha instituição* e os *interesses de redes e movimentos organizados* que tiveram a mesma quantidade de marcações para interesse 1. Por motivos desconhecidos, 22% dos entrevistados não responderam à questão.

4.3.7 Grau de articulação com os setores que compõem o conselho

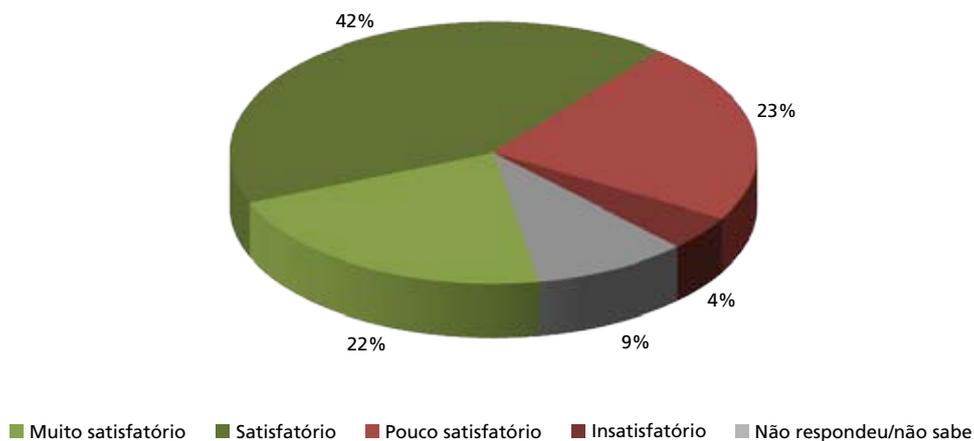
Os gráficos 20 e 21 referem-se à avaliação do nível de satisfação com o grau de articulação entre os conselheiros e os segmentos que compõem o conselho.

GRÁFICO 20

Grau de articulação dos conselheiros com o poder público

Fonte: Dados desta pesquisa.

GRÁFICO 21

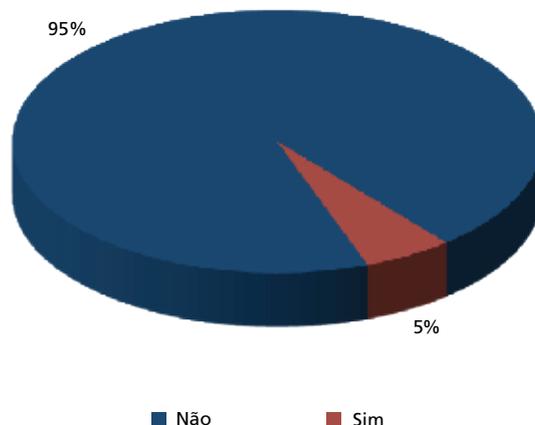
Grau de articulação dos conselheiros com a sociedade civil

Fonte: Dados desta pesquisa.

É possível verificar que a maior parte dos conselheiros encontra-se satisfeita ou muito satisfeita com o grau de articulação tanto com o poder público quanto com a sociedade civil. De todo modo, nota-se que existe uma insatisfação maior no que se refere à articulação com o poder público do que com a sociedade civil.

4.3.8 Existência de base de apoio

GRÁFICO 22

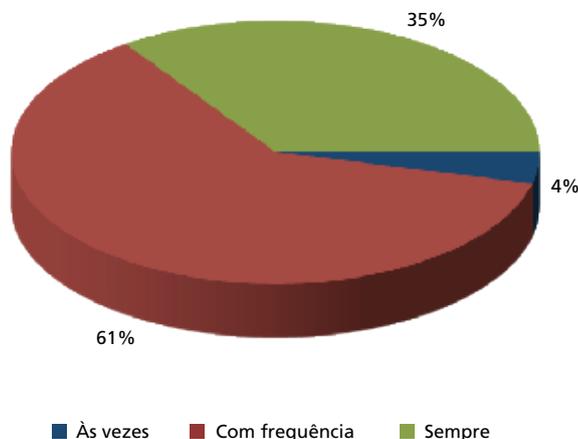
Presença de base de apoio no exercício do mandato do conselheiro

Fonte: Dados desta pesquisa.

Na resposta à questão *No exercício de seu mandato como conselheiro, você tem alguma base de apoio?*, 95% dos conselheiros entrevistados afirmam possuir base de apoio, ou seja, 52 conselheiros do total de 55 respondentes. Dos demais, 5% afirmaram não possuir base de apoio (três conselheiros).

4.3.9 Frequência de contato com a base de apoio

GRÁFICO 23

Frequência de contato com a base de apoio

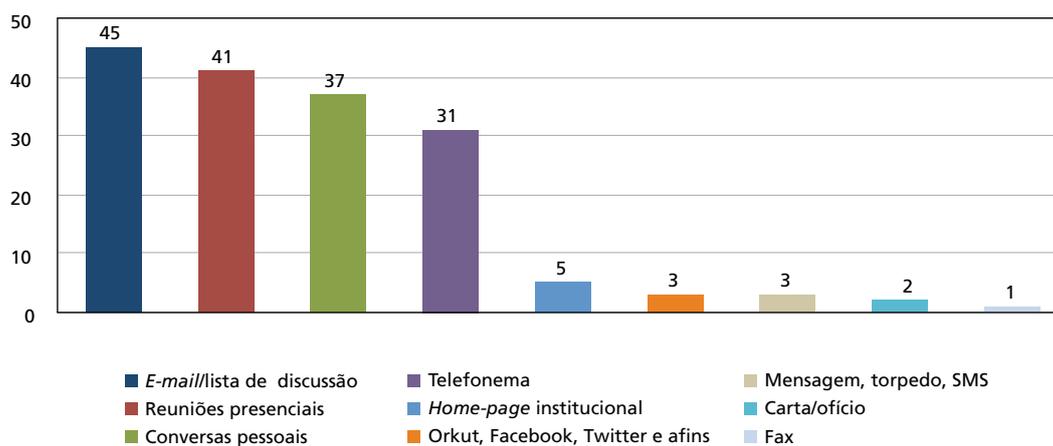
Fonte: Dados desta pesquisa.

Entre os conselheiros, a maioria afirma manter contato com sua base de apoio com frequência (58%) ou sempre (33%). Apenas 4% afirmaram manter contato com a base com pouca frequência (às vezes).

4.3.10 Formas de contato com a base de apoio

As principais formas de contato que os conselheiros do ConCidades utilizam para se comunicar com suas bases estão representadas no gráfico a seguir – por número de respostas. É importante notar que mais de uma resposta era possível.

GRÁFICO 24
Principais formas de contato com a base de apoio



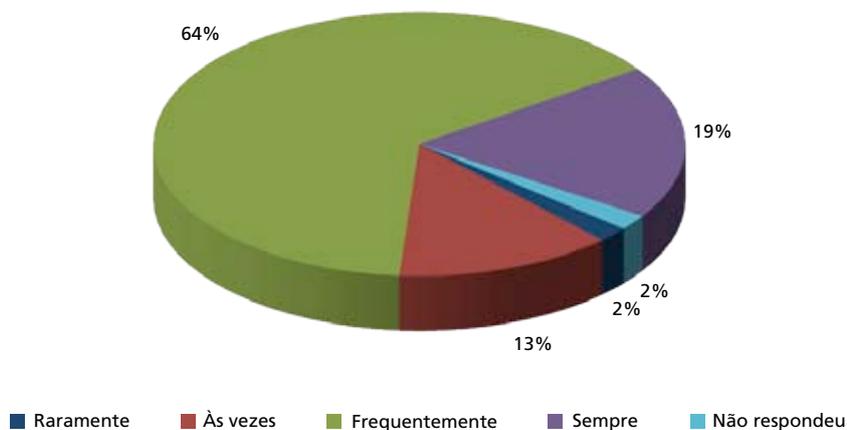
Fonte: Dados desta pesquisa.

Percebe-se que as formas de contato mais frequentes são as listas e trocas de *e-mail* (45), reuniões presenciais (41), conversas pessoais (37) e telefonemas (31). As novas formas de relacionamento digital, como Orkut e Facebook, são citadas por apenas três conselheiros como ferramentas de interação com as bases.

4.3.11 Frequência de consulta à base de apoio para:

Definir/sustentar posicionamento no conselho

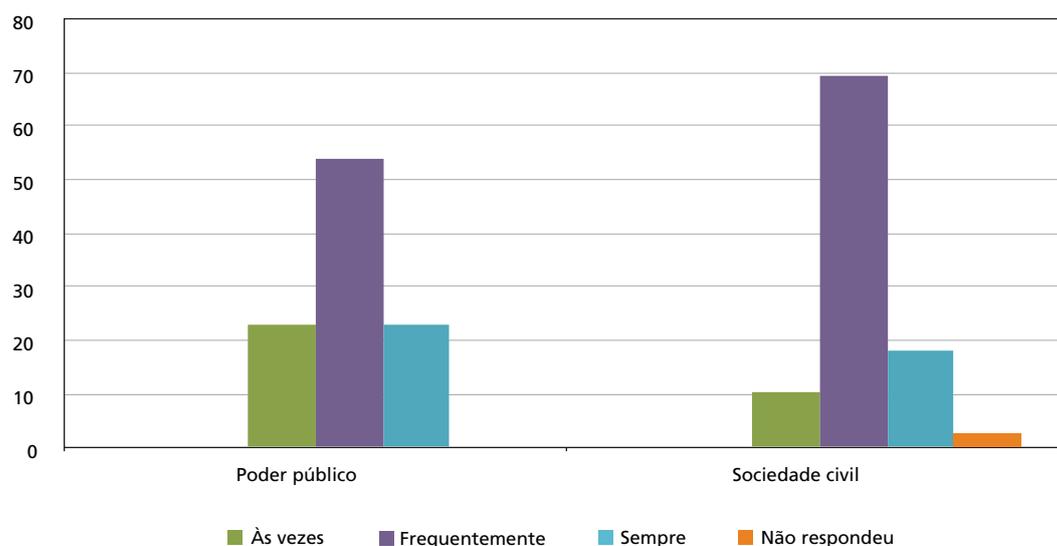
GRÁFICO 25
Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento



Fonte: Dados desta pesquisa.

Os conselheiros do ConCidades afirmam, em sua maioria, comunicar-se sempre ou frequentemente com suas bases de apoio (83%) a fim de definir o posicionamento a ser defendido no conselho. 15% afirmam se comunicar com suas bases para essa finalidade apenas às vezes e raramente.

GRÁFICO 26
Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para definir posicionamento

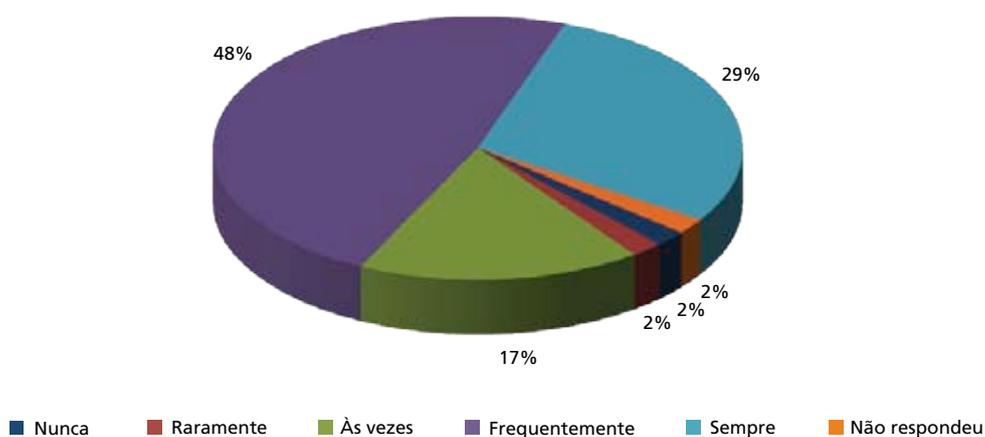


Fonte: Dados desta pesquisa.

Quando analisamos as repostas por segmento (gráfico 26), percebe-se que os representantes da sociedade civil responderam mais vezes estar *sempre* ou *frequentemente* em contato com a base de apoio, ao passo que há um número maior de respostas *às vezes* entre os representantes do poder público.

Relatar debates/deliberações do conselho

GRÁFICO 27
Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho

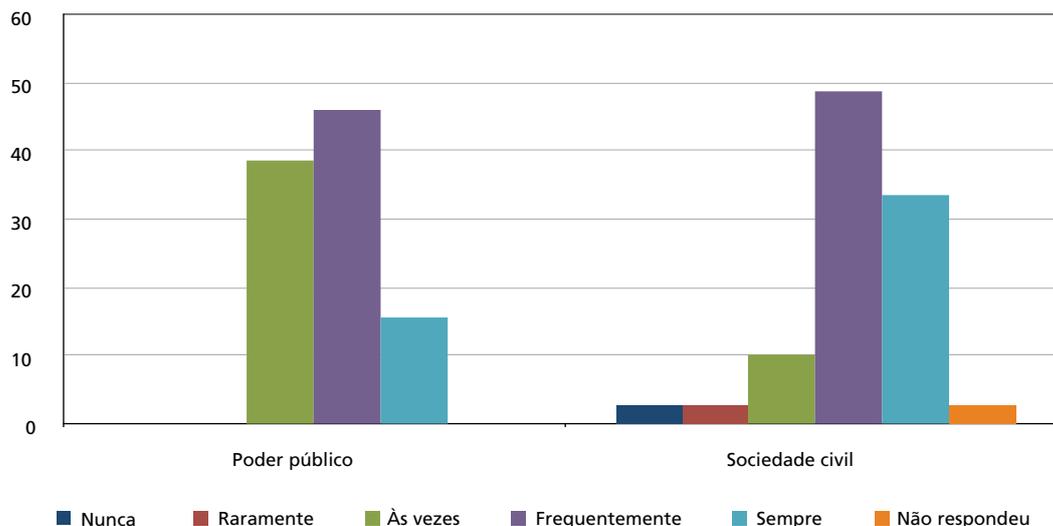


Fonte: Dados desta pesquisa.

Setenta e sete por cento dos respondentes afirmam que a comunicação com as bases para relatar os debates e deliberações ocorridas no conselho ocorre sempre e frequentemente.

GRÁFICO 28

Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho



Fonte: Dados desta pesquisa.

O gráfico 28 mostra, mais uma vez, a distribuição de respostas a essa questão por setor e revela que os conselheiros representantes da sociedade civil consultam mais suas bases – sempre ou frequentemente – do que os membros representantes do poder público, para relatar os debates e deliberações ocorridas no conselho.

Prestar contas sobre a atuação no conselho

GRÁFICO 29

Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho

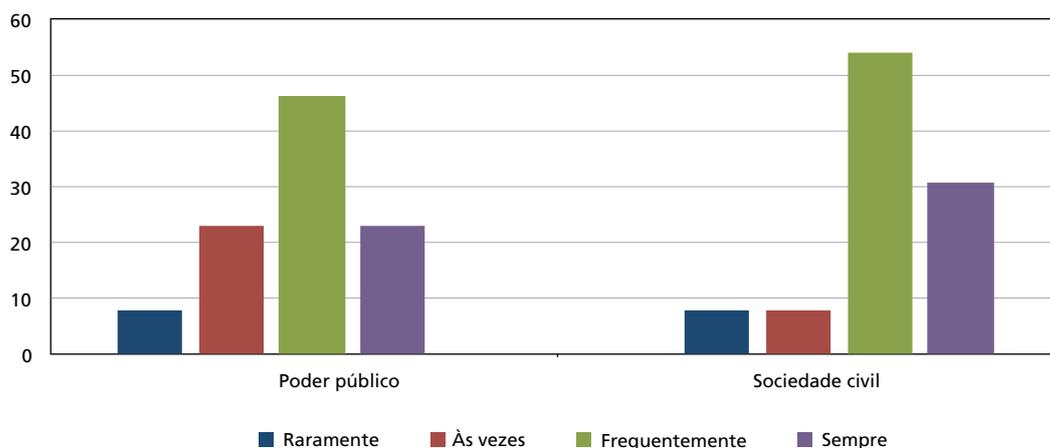


Fonte: Dados desta pesquisa.

Observamos que a proporção de conselheiros que afirmam consultar a base frequentemente ou sempre aumenta para 81% no que se refere à consulta para prestação de contas. Na análise das respostas por segmento (gráfico 30), observa-se que a sociedade civil possui uma frequência maior de contato com a base para essa finalidade do que os representantes do poder público.

GRÁFICO 30

Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho



Fonte: Dados desta pesquisa.

Construir/fortalecer articulações

GRÁFICO 31

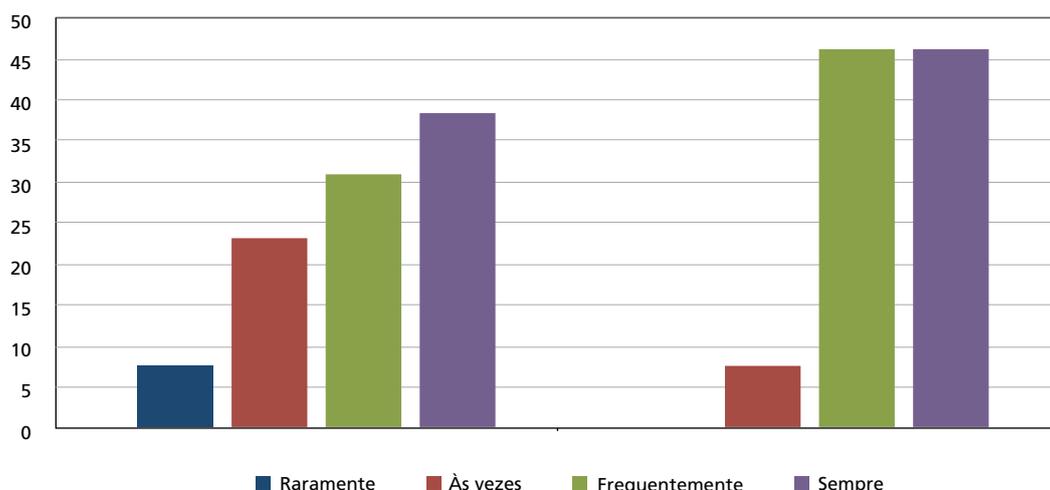
Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações



Fonte: Dados desta pesquisa.

Por fim, no que se refere à comunicação com a base de apoio para construir ou fortalecer articulações, o número elevado de conselheiros que disseram o fazer frequentemente ou sempre se mantém (86%), sendo que apenas 14% disseram entrar em contato às vezes ou raramente para esse fim. Nas respostas por segmento, ilustradas no gráfico 32, os representantes da sociedade civil se mantêm entre os que consultam a base de apoio com mais frequência.

GRÁFICO 32
Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para construir/fortalecer articulações

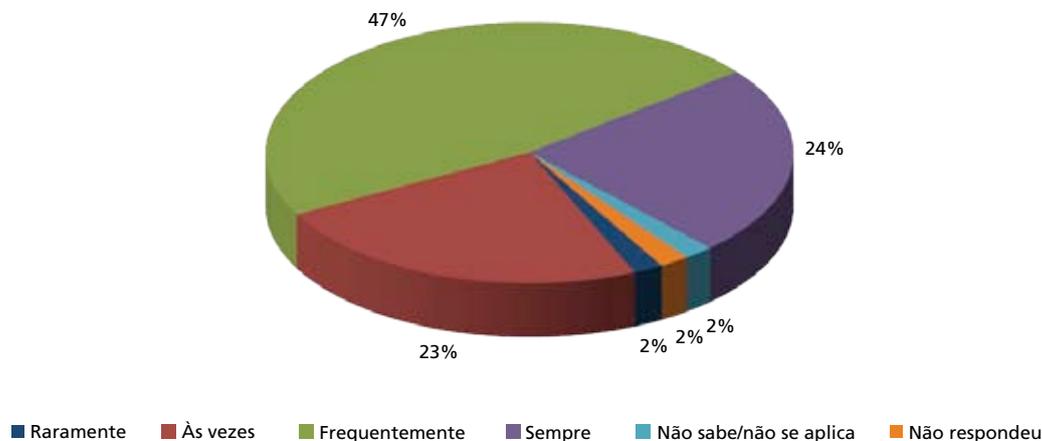


Fonte: Dados desta pesquisa.

4.4 Bloco III: funcionamento do conselho

4.4.1 Frequência com a qual a atuação dos conselheiros do ConCidades corresponde aos interesses de seus respectivos setores

GRÁFICO 33
Frequência da correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses de seu setor



Fonte: Dados desta pesquisa.

De acordo com o gráfico 33, 71% dos respondentes afirmam atuar de forma correspondente aos interesses do setor representado sempre ou frequentemente. 23% responderam que às vezes atuam dessa maneira e 2%, raramente. 4% não responderam ou marcaram a opção não sabe/não se aplica.

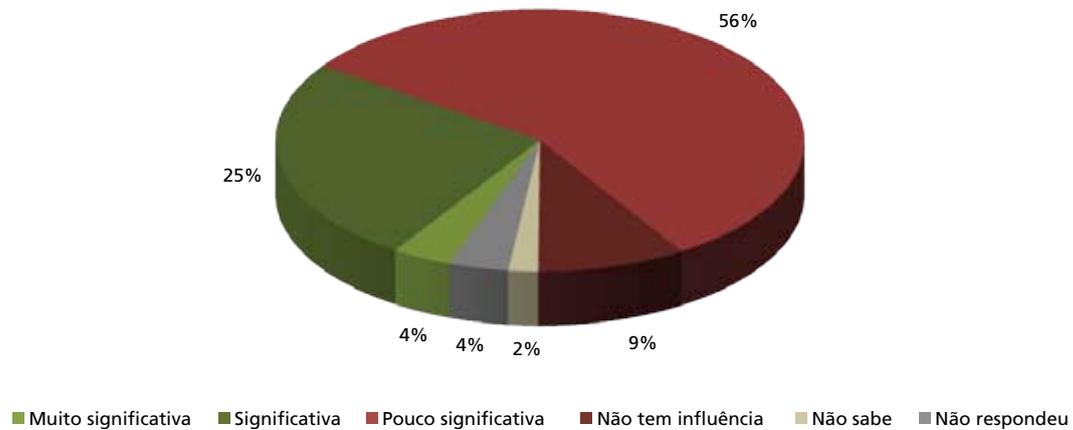
4.4.2 Percepção dos conselheiros em relação à influência do conselho

Nessa questão, o objetivo é obter a opinião dos conselheiros acerca do nível de influência do conselho nas diversas arenas políticas nas quais o ConCidades poderia intervir de alguma forma, influenciando o processo de formulação e implementação de políticas públicas.

Influência do conselho na agenda do Congresso Nacional

GRÁFICO 34

Influência na agenda do Congresso Nacional



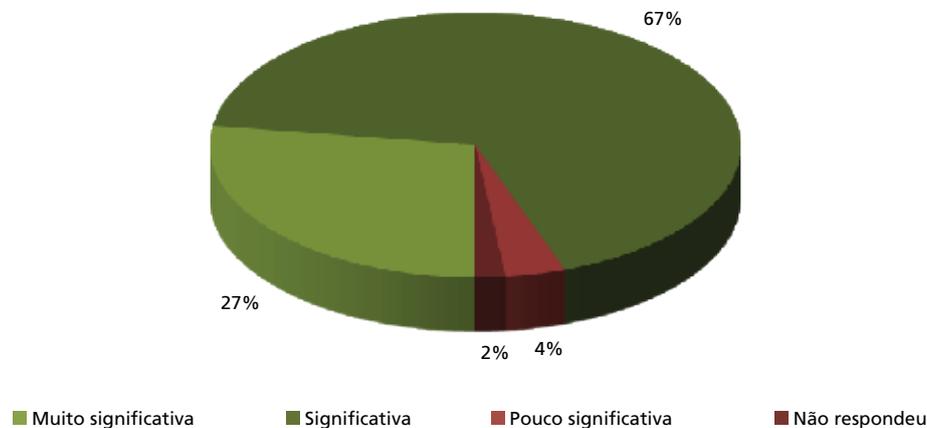
Fonte: Dados desta pesquisa.

Sessenta e cinco por cento dos conselheiros consideram a influência do ConCidades sobre a agenda do Congresso Nacional pouco significativa ou sem influência. Entre os que consideraram haver alguma influência, 25% acreditam que esta é significativa, enquanto apenas 4% acham que ela é muito significativa. 6% dos conselheiros não responderam ou não sabiam.

Influência do conselho nas políticas públicas do Ministério das Cidades

GRÁFICO 35

Influência da atuação do conselho nas políticas públicas do Ministério das Cidades



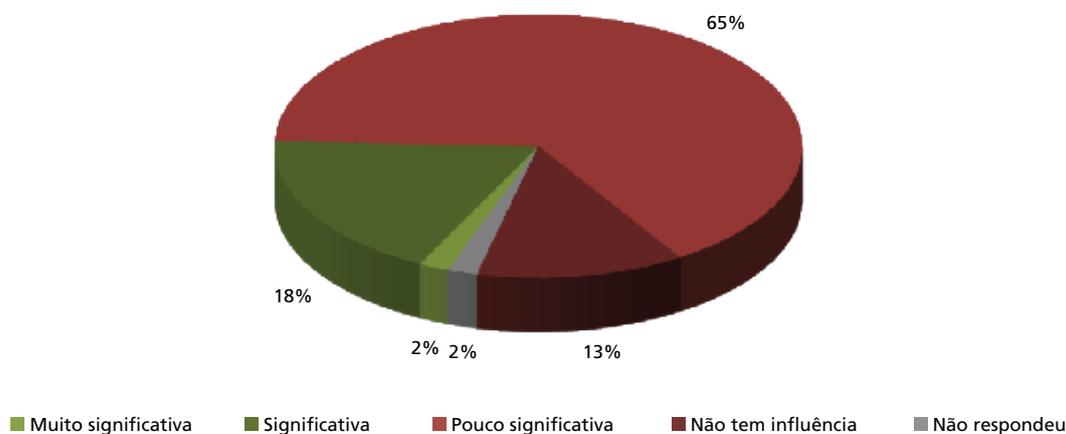
Fonte: Dados desta pesquisa.

No que se refere à influência sobre as políticas do Ministério das Cidades, órgão ao qual o conselho é vinculado, nota-se que 94% dos conselheiros acreditam que esta é significativa ou muito significativa. Apenas 4% consideram pouco significativa a influência do conselho e 2% não responderam.

Influência do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona

GRÁFICO 36

Influência da atuação do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona



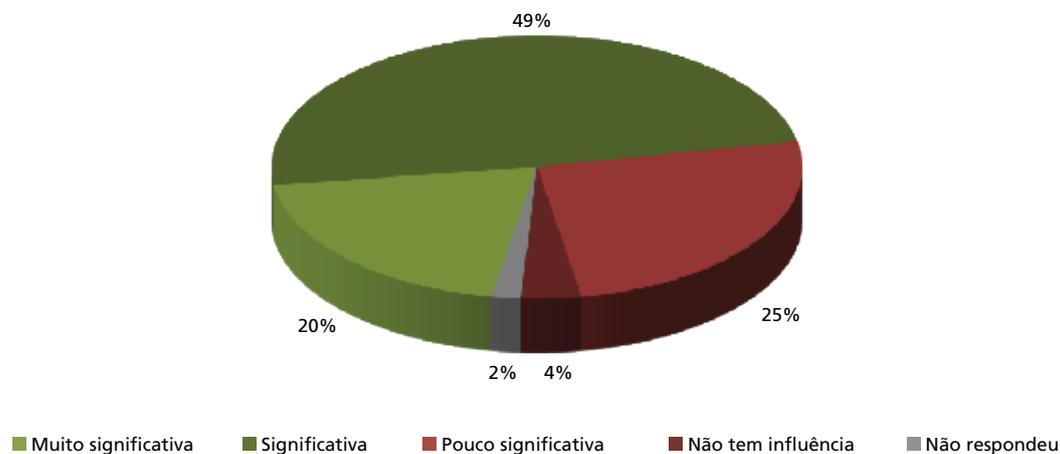
Fonte: Dados desta pesquisa.

Na avaliação da influência do conselho sobre as políticas de outros ministérios com os quais se articula, percebe-se aumento da proporção de respostas mais negativas, dado que 65% dos conselheiros acreditam que o conselho tenha uma influência pouco significativa e 13% consideram não ter influência nenhuma nas políticas dos demais ministérios.

Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil

GRÁFICO 37

Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil



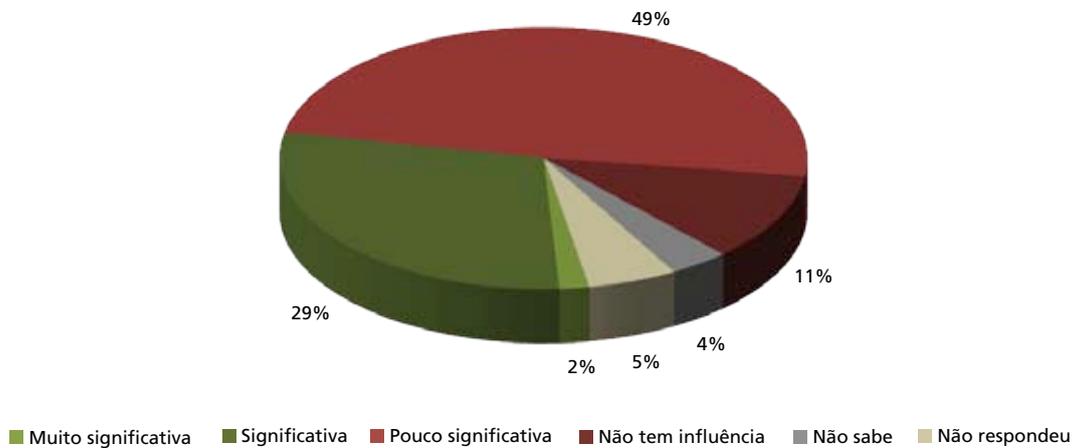
Fonte: Dados desta pesquisa.

Quanto à influência do conselho sobre as ações da sociedade civil, a avaliação dos conselheiros é positiva. 69% consideram que a influência do conselho nas iniciativas da sociedade é muito significativa ou significativa. Por outro lado, 25% consideram que a influência do conselho é pouco significativa e apenas 4% afirmam que as ações não têm influência.

Influência do conselho nas iniciativas do setor privado

GRÁFICO 38

Influência do conselho nas iniciativas do setor privado



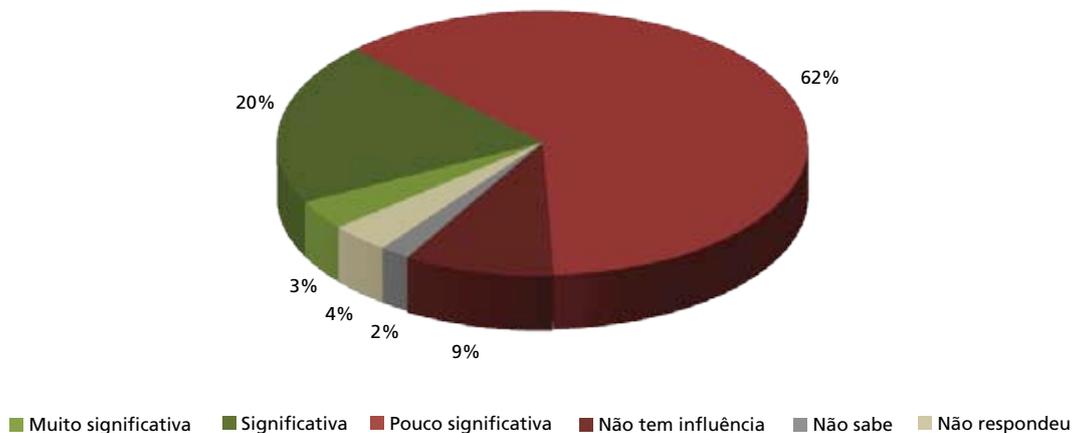
Fonte: Dados desta pesquisa.

Quando se aborda a influência sobre o setor privado, as avaliações são mais negativas. 49% consideram que a influência do conselho é pouco significativa e 11% percebem que as ações dos conselhos não têm influência nas iniciativas do setor privado. Apenas 2% consideram a influência muito significativa e 29% significativa.

Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema

GRÁFICO 39

Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema



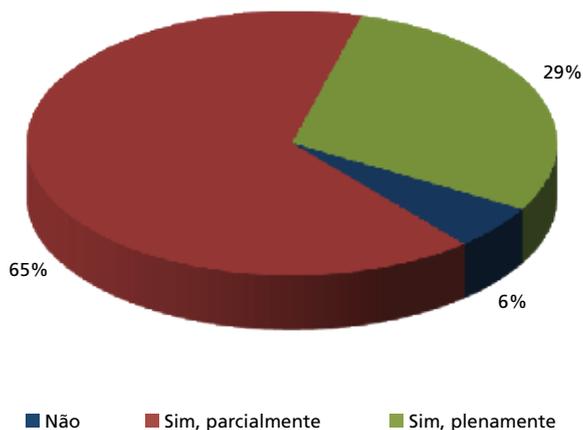
Fonte: Dados desta pesquisa.

Por fim, quanto à influência do ConCidades sobre a opinião pública, percebe-se que a maior parte dos conselheiros que responderam à questão considera esse impacto negativo: 62% dos conselheiros o avaliam como pouco significativo e 9% como sem influência. Somente 20% consideram essa influência como significativa e 3% muita significativa.

4.4.3 Compreensão dos assuntos tratados no conselho

Pergunta-se dessa forma: *Em geral, os assuntos tratados no conselho são facilmente compreendidos por todos os conselheiros?* Essa questão visa aferir a percepção acerca do entendimento dos conselheiros em relação aos assuntos discutidos no conselho. Como respostas possíveis a essa pergunta havia as opções não; sim, parcialmente; e sim, plenamente.

GRÁFICO 40
Compreensão dos assuntos tratados no conselho



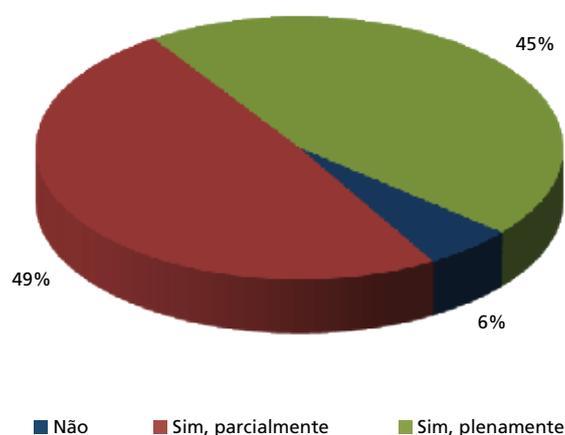
Fonte: Dados desta pesquisa.

Conforme o gráfico 40 ilustra, a maioria dos conselheiros (65%) acredita que os conselheiros compreendem parcialmente os assuntos tratados no conselho. 29% disseram que a compreensão é plena e 6% disseram que os assuntos não são compreendidos pelos conselheiros.

4.4.4 Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões do conselho

Nesse item, pergunta-se se a linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os conselheiros. As opções de resposta também foram: não; sim, parcialmente; e sim, plenamente.

GRÁFICO 41
Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões



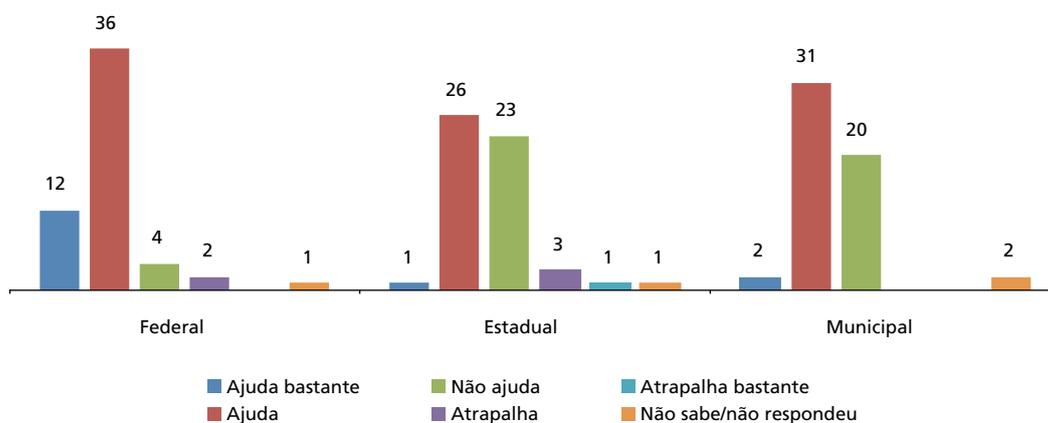
Fonte: Dados desta pesquisa.

Para essa questão, o resultado difere do item sobre a compreensão dos assuntos tratados. Percebe-se uma elevação da proporção de conselheiros que acreditam que a linguagem utilizada é compreendida plenamente (45%), enquanto a proporção daqueles que acreditam que essa compreensão só ocorre parcialmente se mantém elevada (49%). Apenas 6% dos respondentes acreditam que a linguagem não é bem compreendida pelos conselheiros.

4.4.5 Avaliação da atuação dos setores do conselho

Neste item, pediu-se aos conselheiros para avaliar a atuação, no conselho, dos setores que o compõem. O gráfico 42 mostra que a percepção em torno da atuação de representantes do poder público é, sobretudo, positiva. Sendo o poder público federal mais bem avaliado do que o municipal e o estadual, respectivamente.

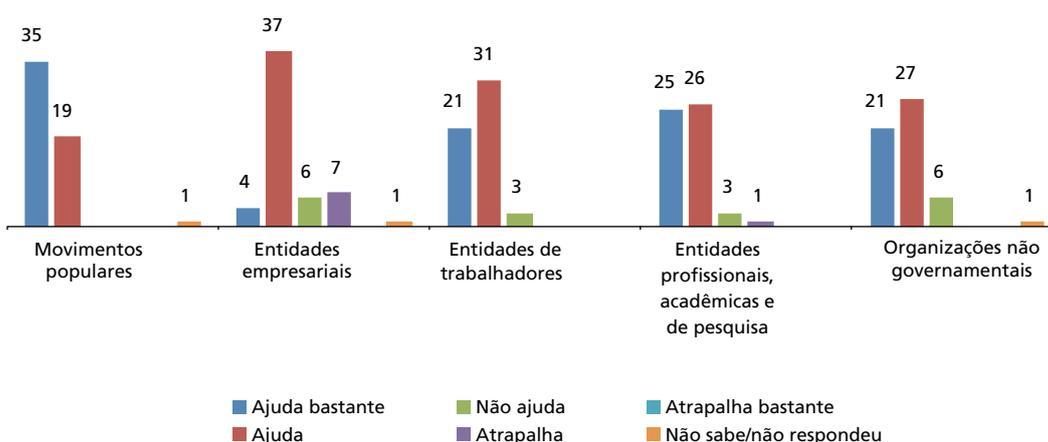
GRÁFICO 42
Atuação do poder público



Fonte: Dados desta pesquisa.

De acordo com o gráfico 43, os conselheiros avaliam de forma positiva a atuação, no conselho, dos setores da sociedade civil que o compõem. Ora os conselheiros avaliam que a atuação dos setores ajuda, ora consideram que essa atuação ajuda bastante.

GRÁFICO 43
Atuação da sociedade civil



Fonte: Dados desta pesquisa.

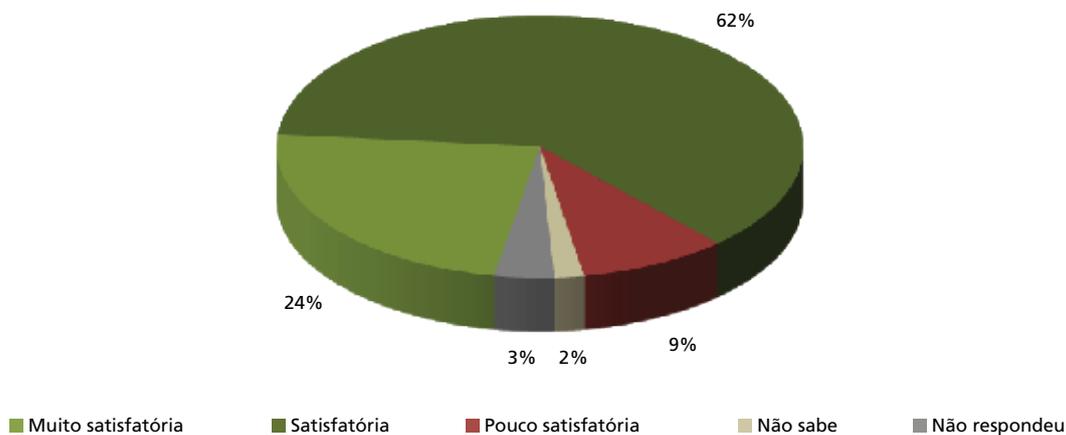
4.4.6 Avaliação das estruturas administrativas e organizacionais do conselho

Essa parte visa avaliar o nível de satisfação dos conselheiros com as estruturas administrativas e organizacionais do ConCidades.

Avaliação da Secretaria Executiva

GRÁFICO 44

Secretaria Executiva do conselho



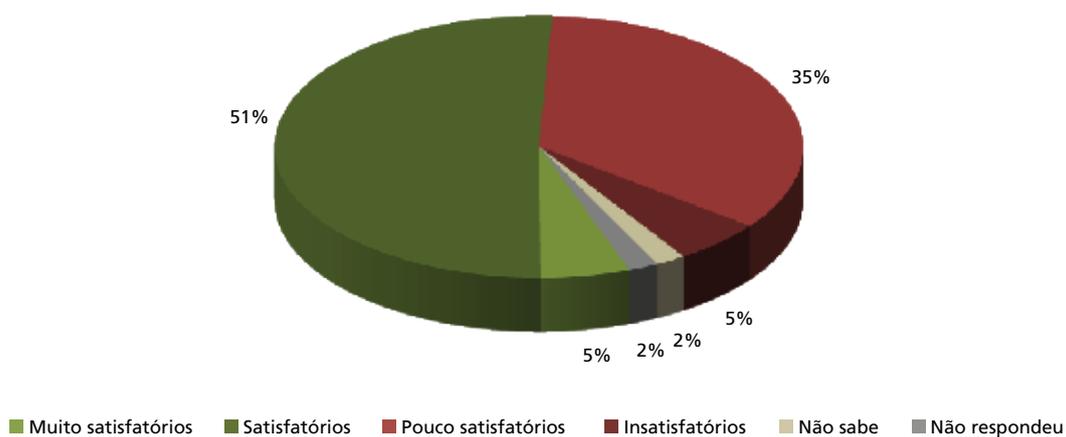
Fonte: Dados desta pesquisa.

No que concerne ao funcionamento da Secretaria Executiva, a maioria dos conselheiros acredita que o apoio técnico-administrativo e demais serviços realizados são muito satisfatórios (24%) ou satisfatórios (62%). Apenas 9% afirmaram que são pouco satisfatórios, 3% não responderam e 6% disseram não saber.

Avaliação dos meios de comunicação e divulgação: informes, *website* e publicações

GRÁFICO 45

Meios de divulgação e comunicação



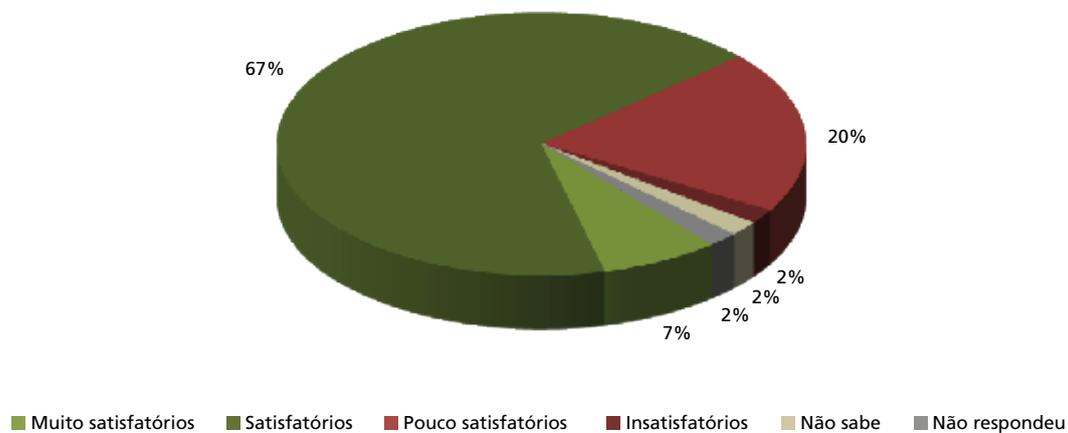
Fonte: Dados desta pesquisa.

Quanto aos meios de divulgação e comunicação do ConCidades, a avaliação é predominantemente positiva: 56% acreditam ser satisfatórios ou muito satisfatórios. Por outro lado, 35% dos conselheiros avaliam que os meios de comunicação e divulgação do conselho são pouco satisfatórios.

Avaliação do regimento interno e das resoluções

GRÁFICO 46

Regimento interno e resoluções



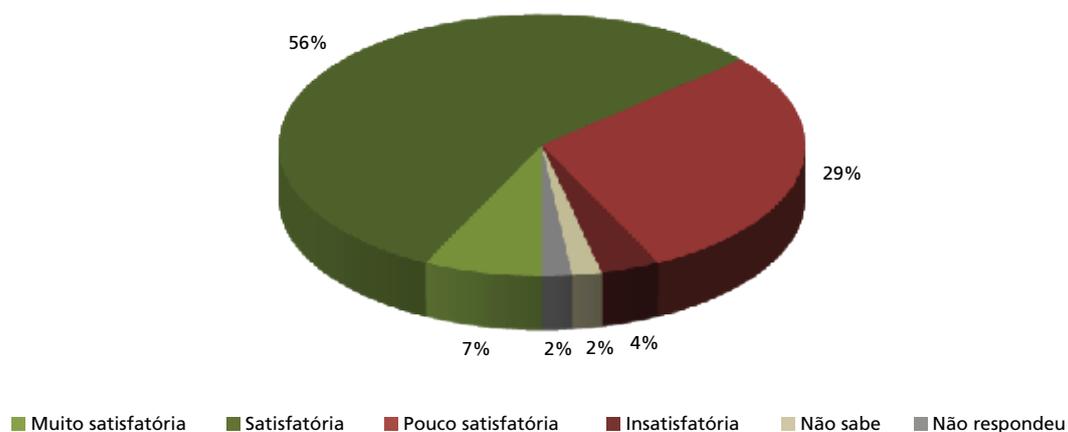
Fonte: Dados desta pesquisa.

Conforme ilustra o gráfico 46, 74% dos conselheiros consideram as resoluções e o Regimento Interno do ConCidades satisfatórios ou muito satisfatórios, ao passo que 20% os consideram pouco satisfatórios, 2% não saberiam dizer e 2% não responderam.

Avaliação da Presidência do conselho

GRÁFICO 47

Presidência do conselho

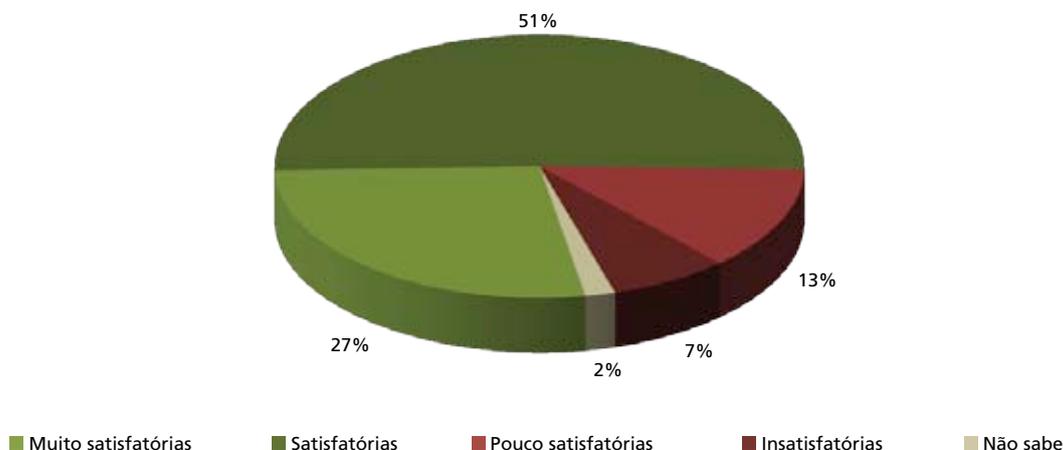


Fonte: Dados desta pesquisa.

No que se refere à Presidência do conselho, o gráfico 47 mostra uma avaliação bastante positiva de sua atuação, sendo que 63% dos conselheiros a consideram muito satisfatória ou satisfatória. Por outro lado, uma parcela significativa dos conselheiros (29%) a considera pouco satisfatória e 4% insatisfatória. 4% dos conselheiros não sabiam avaliar ou não responderam.

Avaliação da Plenária do conselho

GRÁFICO 48
Plenárias



Fonte: Dados desta pesquisa.

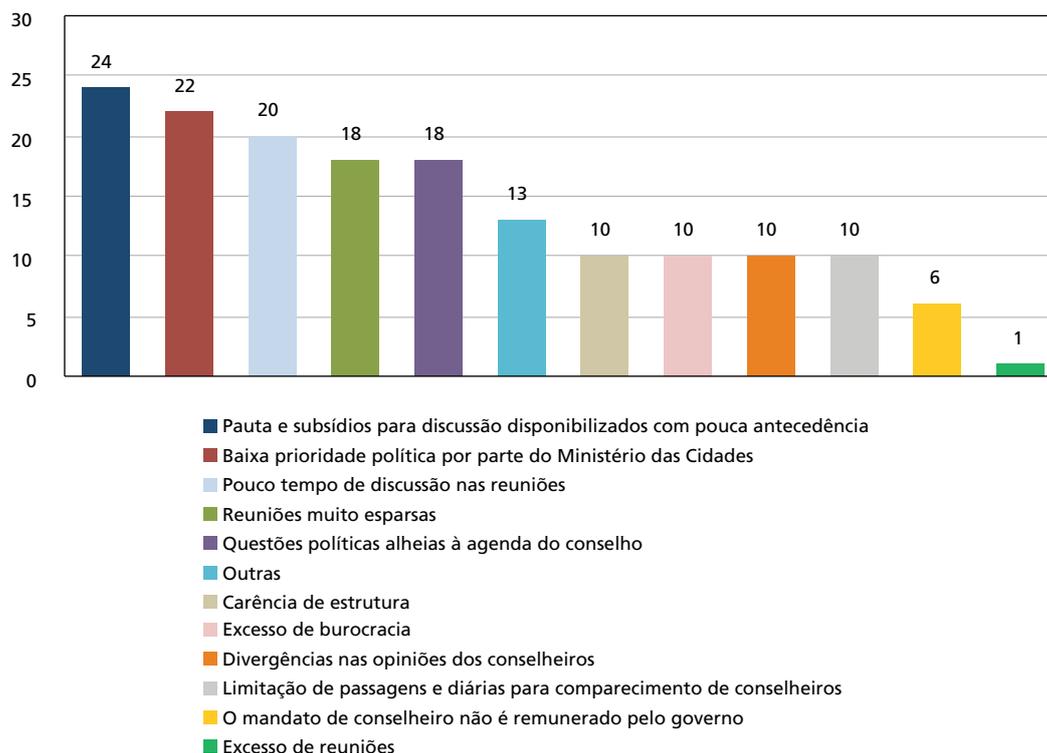
Por fim, coube avaliar o andamento das Plenárias do ConCidades, de acordo com a visão dos conselheiros. Nesse caso, a avaliação foi positiva. A maior parte dos respondentes considerou que a atuação da Plenária é muito satisfatória (27%) ou satisfatória (51%). Apenas 13% consideraram a Plenária como pouco satisfatória e 7% como insatisfatória. 2% não souberam avaliar.

4.4.7 Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho

Foi pedido aos conselheiros para que identificassem, entre uma lista de categorias previamente organizada, três dificuldades que eles acreditam serem as principais no que se refere ao funcionamento do ConCidades. O gráfico 49 mostra a frequência de respostas – em números absolutos – para cada categoria. É possível perceber que as principais dificuldades observadas pelos conselheiros são o fato de a pauta e os subsídios para as reuniões serem disponibilizados com pouca antecedência (24) – algo que impediria preparação maior dos conselheiros para os encontros –, bem como o pouco tempo de discussão nas reuniões (20) e o fato de as reuniões serem esparsas (18) – dois fatores que limitariam a possibilidade de discutir certas questões de maneira mais exaustiva.

Entre as outras opções com maior frequência de respostas estão: a baixa prioridade política dada ao conselho por parte do Ministério das Cidades (22) e as questões políticas alheias à agenda do conselho (18).

GRÁFICO 49
Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho



Fonte: Dados desta pesquisa.

5 QUESTÕES ABERTAS

Havia duas questões abertas no questionário. A questão 27 perguntava aos conselheiros quais os principais pontos fortes da atuação do conselho, enquanto a questão 28 buscava obter as opiniões dos conselheiros quanto a que tipo de ações poderiam ser implementadas para melhoria da atuação do ConCidades. Um número considerável de conselheiros respondeu às questões: entre os 55 entrevistados, apenas seis não responderam à questão 27 e quatro não responderam à questão 28. De maneira a melhor organizar as respostas, elaboramos categorias que representem o conteúdo geral destas, permitindo sua sistematização. É importante ter em mente que os conselheiros poderiam apontar mais de um aspecto em suas respostas.

5.1 Pontos fortes do ConCidades

A primeira questão aberta, sobre quais são os pontos fortes do conselho, resultou nas seguintes categorias.

TABELA 6
Pontos fortes do ConCidades

Pontos fortes	Número de respostas
Representatividade e diversidade/pluralidade	14
Capacidade de influenciar políticas públicas	13
Espaço de debate qualificado e transparente sobre temas relevantes/importantes	12
Fortalecimento da democracia/control social	10
Articulação e mobilização entre atores	8
Formação e atuação dos conselheiros	6
Capacidade/conhecimento especialização temática	6

(Continua)

(Continuação)

Pontos fortes	Número de respostas
Estimular o debate entre outros órgãos estatais	2
Relação com o órgão vinculado	1
Organizar e promover a conferência	1
Integração das políticas	1
Fortalecimento do próprio conselho	1
Não respondeu	6

Fonte: Dados desta pesquisa.

Como é possível perceber, a partir da tabela 6, o ponto mencionado com maior frequência como ponto forte do conselho foi a pluralidade manifesta na composição/representação do conselho: os conselheiros percebem o conselho como um espaço plural, composto por atores diversificados. A capacidade de influenciar nas políticas públicas, a partir das diretrizes formuladas pelo conselho, é a segunda opção mais recorrente apontada pelos conselheiros. O conselho também foi apresentado como um espaço de debate qualificado e transparente sobre temas relevantes na área da política em questão – urbanização –, assim como foi assinalado como um espaço de fortalecimento democrático e, em especial, do controle social. Os conselheiros percebem o conselho como um espaço em que questões relacionadas ao tema da urbanização, do meio ambiente e das cidades, em geral, são tratados com transparência e de forma democrática, sendo o ConCidades um espaço de controle social sobre políticas desenvolvidas em torno dessas temáticas.

Também foram assinaladas como ponto forte do conselho a articulação e a mobilização entre atores, a formação e atuação destes e a capacidade do conselho de tratar de forma especializada os temas de sua competência.

5.2 Sugestões de melhoria à atuação do ConCidades

A segunda questão indagava o que poderia ser feito para melhorar a atuação do conselho. As respostas a essa questão foram agrupadas nas seguintes categorias.

TABELA 7
Sugestões de melhoria na atuação do ConCidades

Sugestões de melhoria	Número de respostas
Modificações nas regras do conselho	28
Compartilhar temática com outros órgãos governamentais	9
Aperfeiçoamento das reuniões e questões administrativas	5
Condições estruturais e financeiras para a atuação dos conselheiros e do conselho	5
Necessidade de formação/capacitação de conselheiros	5
Publicidade ao trabalho do conselho	4
Implementação das decisões do conselho	4
Otimização das atividades estruturais do conselho e do desempenho de suas funções	3
Maior presença/participação do ministro e de representantes do governo	2
Articulação com outros conselhos nos diferentes níveis da Federação	1
Fortalecer práticas democráticas no interior do conselho	1
Criar meios para potencializar a articulação entre segmentos dentro e fora do conselho	1
Acompanhar os encaminhamentos das decisões tomadas	1
Maior responsabilidade do conselheiro com seu segmento/órgão	1
Não respondeu	4

Fonte: Dados desta pesquisa.

Entre os respondentes, 28 conselheiros mencionaram a necessidade de mudanças nas regras do conselho, para aperfeiçoá-las. Entre essas, 24 mencionam a necessidade de o conselho se tornar realmente deliberativo, três citam a necessidade de reformulação da proporcionalidade dos segmentos representados na composição do ConCidades e uma resposta sugere a rotatividade como ponto importante que precisa ser reavaliado.

Nove respostas mencionam que o conselho precisa ter uma maior capacidade de compartilhar a temática em outros órgãos governamentais. Quatro acreditam que o conselho precisa encontrar maneiras de dar visibilidade (publicidade) às decisões tomadas. 16 sugerem a reavaliação da dinâmica interna do conselho: aperfeiçoamento das reuniões e questões administrativas (5); otimização das atividades estruturais do conselho e do desempenho de suas funções (3); fortalecimento de práticas democráticas no interior do conselho (1); maior presença e participação do ministro e de representantes do governo (2); e necessidade de formação e capacitação dos conselheiros (5).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE

A partir da sistematização das respostas dos conselheiros foi possível traçar o perfil desses representantes, bem como verificar suas percepções acerca da forma de atuação, avaliação do trabalho do conselho e influência nas políticas públicas. Os principais resultados obtidos foram aqui apresentados, assim como alguns tópicos para debate e reflexão a respeito do funcionamento do conselho. Tais reflexões têm o intuito de auxiliar na busca conjunta de caminhos para a melhoria de seu processo decisório e uma melhor articulação do ConCidades com demais conselhos, instâncias governamentais e entidades da sociedade civil.

É importante ressaltar o que foi explicitamente considerado como positivo pela maioria dos conselheiros e que pode servir como exemplos de boas práticas, tanto para os conselhos estaduais e municipais das cidades como para os conselhos nacionais de outras áreas de política pública. Trata-se, também, dos aspectos que precisam ser aprimorados, segundo as respostas dadas pelos conselheiros.

Alguns aspectos que merecem destaque no que se refere às avaliações positivas por parte dos conselheiros são: a diversidade de setores representados no ConCidades e o número de conselheiros do conselho em geral e em cada setor – os conselheiros se mostram satisfeitos com esses itens. Alguns componentes da estrutura administrativa e organizacional do conselho também foram avaliados de forma positiva, especificamente a Secretaria Executiva, a Plenária e a Presidência do conselho. As comissões temáticas também foram bem avaliadas, embora de uma forma não tão unânime quanto as demais estruturas do conselho.

Outros aspectos também foram avaliados de forma positiva, como a capacidade de influenciar nas políticas públicas, a partir das diretrizes formuladas pelo conselho. O conselho também foi identificado como um espaço de debate qualificado e transparente sobre temas relevantes na área da política em questão (urbanização), assim como ele foi reconhecido como espaço de fortalecimento da democracia e, em especial, do controle social.

O ConCidades também foi reconhecido, por seus membros, como um espaço de articulação e mobilização entre atores, e formação e atuação, com capacidade para tratar de forma especializada os temas de sua competência.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelo conselho, as questões indicadas pelos integrantes do ConCidades incluem a pouca antecedência de disponibilização dos subsídios para discussão nas reuniões, o pouco tempo para discussão nas reuniões, os espaçados intervalos de tempo entre as reuniões, a baixa prioridade política dada ao conselho por parte do Ministério das Cidades e as questões políticas alheias à agenda do conselho.

Os conselheiros foram questionados sobre sugestões de melhoria ao processo participativo do ConCidades, podendo escrever livremente sobre o assunto. Sugerimos que o ConCidades aprofunde o debate sobre tais questões, na medida em que estas têm o potencial de aperfeiçoar o processo decisório do conselho e podem ser, além disso, questões importantes para futuros estudos. São elas:

6.1 Mudanças nas regras do conselho

Percebe-se, pelas respostas dos conselheiros, a necessidade de se discutir e reformular as regras do ConCidades, em relação ao seu caráter de funcionamento. Os conselheiros reiteram a necessidade de tornar o conselho deliberativo, apesar de o regimento interno definir o ConCidades como um órgão colegiado, de natureza permanente, de caráter consultivo e deliberativo, que tem por finalidade formular, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano e regional com participação social e integração das políticas fundiária, de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana. A partir das respostas dadas pelos conselheiros, pode-se supor que eles percebem que, apesar de as regras definirem o conselho como deliberativo, o ConCidades precisa ter mais subsídios para tornar efetivas as decisões tomadas no seu interior.

6.2 Reavaliação da dinâmica interna do conselho

Os conselheiros entrevistados sugerem a reavaliação da dinâmica interna do conselho, como o aperfeiçoamento das reuniões e dos procedimentos administrativos, a otimização das atividades estruturais do conselho e do desempenho de suas funções. Os conselheiros demandam que as reuniões sejam mais produtivas, ao receberem a pauta e o material de estudo com antecedência, pois esses precisam reservar um tempo em suas respectivas agendas para estudar os temas que serão discutidos nas reuniões do conselho. Muitos conselheiros também apresentam a necessidade de mudança na dinâmica das reuniões e nos processos de definição de prioridades do conselho.

E para dar legitimidade às atividades exercidas no interior do ConCidades, os conselheiros demandam maior participação do ministro e de representantes do governo nas atividades e reuniões do conselho.

6.3 Aperfeiçoar a relação – e articulação – do ConCidades com outras instâncias e visibilidade

De acordo com a avaliação dos entrevistados, o conselho precisa ter maior capacidade de compartilhar a temática com outros órgãos governamentais, assim como acreditam que o conselho precisa encontrar mecanismos para dar visibilidade (publicidade) às decisões tomadas. No mesmo sentido das demandas anteriores, aperfeiçoar a relação com outros órgãos governamentais e dar visibilidade às atividades e decisões dos conselhos são demandas relacionadas à necessidade de efetivar o trabalho do conselho, ao aumentar a porosidade de instâncias governamentais e sociais em relação às atividades exercidas pelo ConCidades.

6.4 Programas permanentes de capacitação e viabilização de condições para a atuação dos conselheiros

Os conselheiros também demandaram atividades de formação e capacitação e maior disponibilização de informação para subsidiar suas ações. Uma atuação propositiva perante as políticas públicas pressupõe atores bem informados. Logo, implantar um sistema permanente de capacitação para os conselheiros nacionais contribui para fortalecer o trabalho do conselho. O Conselho Nacional das Cidades pode atuar como articulador de programas permanentes de capacitação de conselhos, prevendo as trocas de mandatos dos conselheiros. Tal iniciativa tem o potencial de contribuir para a melhoria do trabalho, bem como auxilia na difusão dos conhecimentos acerca das práticas democráticas.

Os conselheiros também mencionaram que precisam ter mais condições estruturais e financeiras para uma atuação mais efetiva no conselho. Eles demandam, por exemplo, o pagamento de diárias e passagens.

Por fim, ressaltamos que as questões para debate aqui apresentadas serão aprofundadas na segunda etapa desta pesquisa, que irá analisar, de forma conjunta, as informações obtidas neste e nos demais relatórios – relativos ao conjunto dos 23 conselhos e das três comissões nacionais analisadas. O Ipea agradece a colaboração dos conselheiros nesta primeira etapa e aceita sugestões para a continuação do trabalho, na tentativa de contribuir com o fortalecimento da democracia, do controle social e da participação da sociedade nas políticas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério das Cidades (MCidades). **Participação e controle social**. Brasília, 2004.
- _____. Congresso Nacional. **A mulher na Câmara dos Deputados**, 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/documentos-epesquisa/fiquePorDentro/temas/mulheresnoperlamento/bancada-feminina>>. Acesso em: 8 ago. 2011.
- DUTRA, O. Conselho das cidades: participação cidadã na política de desenvolvimento urbano. **Cartilha do Conselho das Cidades**. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/doutrinaparc_38.pdf>. Acesso em: 5 out. 2011.
- GRAZIA, G.; SILVA, C. F. **Conselho das Cidades: um exercício de cidadania**. Brasília: Con-Cidades, 2006. 40 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça**, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2011.
- _____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2010a. Disponível em: <http://ibge/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2011.
- _____. **POF 2008/2009 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras**, 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1648&id_pagina=1>. Acesso em: 8 ago. 2011.
- IPEA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2010. v. 3.
- MARICATO, E.; JÚNIOR, O. A. S. Construindo a política urbana: participação democrática e o direito à cidade. **Teoria e Debate**, n. 66, abr./jun. 2006.
- SCHWARTZMAN, S. **Cor, raça, discriminação e identidade social no Brasil**, 1998. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/cor.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2011.

9. Setor de representação a que pertence:

- a) () Poder público federal
 b) () Poder público estadual ou DF
 c) () Poder público municipal
 d) () Movimentos populares
 e) () Entidades empresariais
 f) () Entidades de trabalhadores
 g) () Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa
 h) () Organizações não governamentais
 i) () Observadores sem direito a voto

10. Há quanto tempo é conselheiro(a) deste conselho? (Tempo efetivo de exercício como titular ou suplente, ininterrupto ou intercalado)

- a) () Menos de 1 ano
 b) () De 1 a 3 anos
 c) () De 4 a 6 anos
 d) () De 7 a 10 anos
 e) () Mais de 10 anos
 f) () Não sabe/não se aplica

11. No seu período neste conselho, já representou outros setores?

- a) () Não
 b) () Sim

Quais? (Pode-se marcar mais de uma opção)

- () Poder público federal
 () Poder público estadual ou DF
 () Poder público municipal
 () Movimentos populares
 () Entidades empresariais
 () Entidades de trabalhadores
 () Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa
 () Organizações não governamentais
 () Observadores sem direito a voto

12. Além deste conselho, você é ou foi conselheiro(a) de outros conselhos nacionais, estaduais ou municipais de políticas públicas?

- a) () Não
 b) () Sim, mas atualmente sou conselheiro(a) apenas deste conselho
 c) () Sim, sou conselheiro(a) de outros conselhos

Quais? (Pode-se marcar mais de uma opção)

- () Conselhos nacionais
 () Conselhos estaduais
 () Conselhos municipais/locais

BLOCO II – ATUAÇÃO DOS(AS) CONSELHEIROS(AS)

13. Como você considera a composição do conselho em relação a cada um dos itens abaixo?

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
Número total de conselheiros(as)	()	()	()	()	()
Diversidade de setores representados	()	()	()	()	()
Número de conselheiros(as) em cada setor	()	()	()	()	()
Forma de escolha das entidades com assento no conselho	()	()	()	()	()
Forma de escolha dos(as) conselheiros(as) dentro das entidades	()	()	()	()	()

14. Na sua atuação no conselho, que interesses você defende *prioritariamente*?

Assinale suas três opções, em ordem de relevância, indicando com um “X” sua 1ª, 2ª e 3ª opção para os itens abaixo:

	1ª opção	2ª opção	3ª opção
Nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais	()	()	()
Interesses da minha instituição	()	()	()
Interesses do meu setor	()	()	()
Interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos	()	()	()
Interesses de toda a coletividade	()	()	()
Não sabe	()	()	()
Outros	()	()	()

15. Avalie o seu grau de articulação com os demais setores do conselho, segundo a tabela abaixo. (Marque com um “X” a coluna correspondente a cada setor)

	Muito satisfatório	Satisfatório	Pouco satisfatório	Insatisfatório	Não sabe/não se aplica
Poder público federal	()	()	()	()	()
Poder público estadual ou DF	()	()	()	()	()
Poder público municipal	()	()	()	()	()
Movimentos populares	()	()	()	()	()
Entidades empresariais	()	()	()	()	()
Entidades de trabalhadores	()	()	()	()	()
Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa	()	()	()	()	()
Organizações não governamentais	()	()	()	()	()
Observadores sem direito a voto	()	()	()	()	()

16. No exercício do seu mandato como conselheiro(a), você tem alguma base de apoio?

- a) () Sim. Qual (is)? _____
- b) () Não
- c) () Não sabe

17. Com que frequência você mantém contato com sua(s) base(s) de apoio?

- a) () Não tenho base de apoio
- b) () Nunca
- c) () Raramente
- d) () Às vezes
- e) () Com frequência
- f) () Sempre
- g) () Não sabe

18. Quais as principais formas de contato com a sua base de apoio? (Marque as três principais)

- a) () Não tenho base de apoio
- b) () Telefonema
- c) () *E-mail*/lista de discussão
- d) () Reuniões presenciais
- e) () Conversas pessoais
- f) () Orkut, Facebook, Twitter e afins
- g) () *Home-page* institucional
- h) () Carta/ofício
- i) () Fax
- j) () Mensagem (torpedo/SMS)
- k) () Não sabe
- l) () Outras _____

19. Com que frequência você consulta sua base de apoio para:

I) Definir/sustentar posicionamento no conselho:

- a) () Nunca b) () Raramente c) () Às vezes
d) () Frequentemente e) () Sempre f) () Não sabe/não se aplica

II) Relatar os debates/deliberações do conselho:

- a) () Nunca b) () Raramente c) () Às vezes
d) () Frequentemente e) () Sempre f) () Não sabe/não se aplica

III) Prestar contas sobre a sua atuação no conselho:

- a) () Nunca b) () Raramente c) () Às vezes
d) () Frequentemente e) () Sempre f) () Não sabe/não se aplica

IV) Construir/fortalecer articulações:

- a) () Nunca b) () Raramente c) () Às vezes
d) () Frequentemente e) () Sempre f) () Não sabe/não se aplica

BLOCO III – FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

20. Para você, com que frequência a atuação dos(as) conselheiros(as) corresponde aos interesses de seus respectivos setores?

- a) () Nunca b) () Raramente c) () Às vezes
d) () Frequentemente e) () Sempre f) () Não sabe/não se aplica

21. Avalie a influência da atuação do conselho em relação a:

	Muito significativa	Significativa	Pouco significativa	Não tem influência	Não sabe
Agenda do Congresso	()	()	()	()	()
Políticas públicas do Ministério das Cidades	()	()	()	()	()
Políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona	()	()	()	()	()
Iniciativas da sociedade civil	()	()	()	()	()
Iniciativas do setor produtivo	()	()	()	()	()
Percepção da opinião pública sobre o tema	()	()	()	()	()

22. Em geral, os assuntos tratados no conselho são facilmente compreendidos por todos(as) os(as) conselheiros(as)?

- a) () Não b) () Sim, parcialmente c) () Sim, plenamente

23. A linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos(as) os(as) conselheiros(as)?

- a) () Não b) () Sim, parcialmente c) () Sim, plenamente

24. Em geral, como você avalia o papel dos setores abaixo na atuação do conselho? (Marque com um “X” a coluna correspondente a cada setor)

	Ajuda bastante	Ajuda	Não ajuda nem atrapalha	Atrapalha	Atrapalha bastante	Não sabe/não se aplica
Poder público federal	()	()	()	()	()	()
Poder público estadual ou DF	()	()	()	()	()	()
Poder público municipal	()	()	()	()	()	()
Movimentos populares	()	()	()	()	()	()
Entidades empresariais	()	()	()	()	()	()
Entidades de trabalhadores	()	()	()	()	()	()
Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa	()	()	()	()	()	()
Organizações não governamentais	()	()	()	()	()	()
Observadores sem direito a voto	()	()	()	()	()	()

25. Avalie as seguintes estruturas administrativas e organizacionais do conselho. (Marque com um “X” a coluna correspondente a cada setor/segmento)

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
Secretaria Executiva	()	()	()	()	()
Meios de comunicação e divulgação (informes, <i>website</i> , publicações)	()	()	()	()	()
Regimento interno e resoluções	()	()	()	()	()
Presidência	()	()	()	()	()
Plenária	()	()	()	()	()
Comissões temáticas	()	()	()	()	()

26. Na sua opinião, quais são as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho? (Marque no máximo três alternativas)

- a) () Pouco tempo de discussão nas reuniões
- b) () Reuniões muito esparsas
- c) () Excesso de reuniões
- d) () Pauta e subsídios para discussão disponibilizados com pouca antecedência
- e) () Carência de estrutura (salas, espaço físico e equipamentos)
- f) () Questões políticas alheias à agenda do conselho
- g) () Excesso de burocracia
- h) () Divergência nas opiniões dos(as) conselheiros(as)
- i) () Baixa prioridade política por parte da Secretaria-Geral da Presidência da República
- j) () Limitação de passagens e diárias para comparecimento de conselheiros(as)
- k) () O mandato de conselheiro(a) não é remunerado pelo governo
- l) () Outras _____

27. Quais os principais pontos fortes na atuação do conselho?

28. O que poderia ser feito para melhorar a atuação do conselho?

Muito obrigado!

Espaço destinado para considerações adicionais, bem como para críticas e sugestões sobre este questionário.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Njobs Comunicação

Supervisão

Cida Taboza

Inara Vieira

Thayse Lamera

Revisão

Ângela de Oliveira

Cristiana de Sousa da Silva

Lizandra Deusdará Felipe

Regina Marta de Aguiar

Editores

Marília Assis

Capa

Andrey Tomimatsu

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

SAE
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral da
Presidência da República

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA